



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO  
GROSSO  
UNIVERSIDADE DE CUIABÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO

DIONÍSIO GARCIA DE SOUZA

O QUE NOS ENSINAM OS CAMPONESES SOBRE CLIMA:  
ESTUDO SOBRE O MST E OS CAMPONESES DO ASSENTAMENTO EGÍDIO  
BRUNETO

CUIABÁ - MT  
FEVEREIRO DE 2019



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO  
GROSSO/ UNIVERSIDADE DE  
CUIABÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO

O QUE NOS ENSINAM OS CAMPONESES SOBRE CLIMA:  
ESTUDO SOBRE O MST E OS CAMPONESES DO ASSENTAMENTO EGÍDIO  
BRUNETO

DIONÍSIO GARCIA DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

RONALDO FEITOZA SENRA

CUIABÁ - MT  
FEVEREIRO 2019

S745q

SOUZA, Dionísio Garcia de

O Que nos ensinam os camponeses sobre o clima: estudo sobre o MST e os camponeses do assentamento Egídio Bruneto / Dionísio Garcia de Souza. – Cuiabá. – 2019

103 f. : il.

Dissertação ( Mestrado ) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT associado à Universidade de Cuiabá - UNIC - Campus Cuiabá, 2019

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Feitoza Senra

#### Bibliografia

1. Clima (atmosférico). 2. Saber popular 3. Assentamento MST. 4. Meio ambiente.. I. Título. II. IFMT/UNIC.

CDU:504.38



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO  
CAMPUS CUIABÁ – CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
Nível Mestrado

## ATA DO EXAME DE DEFESA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às 14:00 horas, no Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso em Associação com a Universidade de Cuiabá, na Sala da Pós-Graduação E-211, *Campus* Cuiabá “Cel. Octayde Jorge da Silva”, sob a presidência do Prof. Dr. Ronaldo Eustaquio Feitoza Senra, CPF 054.607.106-69 como Orientador, e com a participação dos membros examinadores Prof. Dr. Edson Gomes Evangelista, CPF 825.947.671-15 como Examinador Interno, e a Profa. Dra. Michèle Tomoko Sato, CPF 034.563.248-63 como Examinadora Externa, reuniram-se a banca de Exame de Defesa Pública de Mestrado de **Dionisio Garcia de Souza** matrícula **2017180660093**, aluno do Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino. A dissertação intitulada “**O Que Nos Ensinam os Camponeses Sobre o Clima: Estudo de Caso do Assentamento Egídio Bruneto MST-MT**” foi apresentada e após a arguição da banca foi APROVADA. Para constar, foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros da banca examinadora.

**Prof. Dr. Ronaldo Eustaquio Feitoza Senra – Presidente da Mesa e Orientador**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

**Prof. Dr. Edson Gomes Evangelista - Examinador Interno**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

**Profa. Dra. Michèle Tomoko Sato - Examinadora Externa**  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Cuiabá, 28 de Fevereiro de 2019.



## DEDICATÓRIA

Ao meu pai e minha mãe,  
pela dádiva da vida;

E mesmo depois de partirem,  
se fazem presentes em nossos  
corações;

A minha família, pela  
paciência e pela compreensão  
nas horas difíceis;

As pessoas que amo, e que  
mais que todos, entenderam  
as dificuldades e me deram  
forças para seguir em frente;

Aos amigos e amigas que  
mesmo distante, se fizeram  
presentes na caminhada, que  
com palavras de conforto,  
deram a este, o equilíbrio nas  
horas de insanidade;

Aos que estão distantes, mas  
são reluzentes esplendorosos,  
como uma luz que ilumina o  
caminho...

## AGRADECIMENTOS

Aos professores que tornaram possível a caminhada até aqui;

Aos colegas, trilharam e galgaram comigo cada obstáculo imposto;

Ao meu orientador, professor Dr. Ronaldo Senra, pela paciência, e pelo direcionamento durante este trabalho;

Aos professores do IFMT de Jaciara, em especial ao professor Ms. Jose Roberto, pelas orientações durante os estagio,

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para conclusão desta pesquisa

A banca examinadora pelas contribuições

A CAPES pelo incentivo por meio da bolsa de estudo

Aos integrantes do assentamento Egídio Bruneto pelo acolhimento e carinho

A minha família e amigos pela compreensão e aconselhamento nas horas difíceis

## EPÍGRAFE

É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encara uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo.

Freire

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado, que tem como título **O Que Nos Ensinam Os Camponeses Sobre Clima: Estudo Sobre O MST E Os Camponeses do Assentamento Egídio Bruneto**, tem como objetivo principal a percepção dos/as camponeses/as ligados ao MST sobre a temática do clima e das mudanças, tendo como lócus de pesquisa o assentamento Egídio Bruneto, localizado no município de Juscimeira - MT. Esta pesquisa faz parte do projeto de pesquisa **Educação Ambiental Campesina: Justiça Climática Em Territórios Matogrossenses**, que tem como objetivo a compreensão de como os saberes provenientes dos camponeses podem contribuir para o fortalecimento e resistência diante dos adventos das mudanças climáticas e para o fortalecimento de movimentos como a REAJA. Neste contexto os/as camponeses/as estão reféns de vários desafios, entre eles, produzir em um solo que já está muito degradado e com recursos financeiros limitados, ou seja, ele pode passar vários anos plantando sem ter retorno financeiro. Produzindo a priori, para o próprio consumo e manutenção do lote (subsistência). Neste aspecto minha pesquisa tem como objetivo principal saber como o clima é percebido e pautado no MST e no assentamento Egídio Bruneto. Neste aspecto, busco compreender o conceito de Justiça Climática e a influência das mudanças climáticas se inserem na agricultura, principalmente porque a agricultura industrializada e a monocultura têm predado o sistema, e contribuído para que ocorram as mudanças no clima. Como método de pesquisa adotei o Estudo de Caso, de cunho participativo, este modelo de pesquisa foi adotado pelo fato de que é necessário que haja a interação do pesquisador com a comunidade pesquisada, promovendo a aproximação e gerando um ambiente de reciprocidade entre as partes. A principal forma de resistência que acreditam ser a mais viável é a permanência dos/as camponeses/as à terra. Para eles o simples fato dos/as camponeses/as não abandonarem o campo já se configura como forma de resistência às mudanças climáticas. Outra forma seria a prática da agricultura sustentável, configurada por meio da agroecologia e da produção limpa de alimentos, que já é praticada dentro do assentamento. Defendem, da mesma forma, que haja mudanças urgentes no sistema de produção do agronegócio, substituindo a monocultura pela diversificação de culturas e pela agroecologia, diminuindo, assim, o uso de agrotóxicos e menos predatória ao sistema. Para que este cenário possa ser mudado, as políticas públicas que regem o campo, em especial as ligadas a Educação do Campo, devem ser fortalecidas, de modo que os processos formativos valorizem o saber popular e o fortaleçam como ensino e nesta perspectiva, o saber popular se torna uma poderosa forma de resistência as mudanças no clima, quebrando a hegemonia do agronegócio no que tange a formação acadêmica e continuada, que hoje se baseia no sistema de agricultura capitalista. Sendo assim, posso reiterar que no assentamento Egídio Bruneto há um compromisso com o social e com o campesinato, reafirmando, deste modo, as premissas que fundamentam o movimento desde a suas origens, e, por meio desta pesquisa, fica notório que a luta travada tem resultados positivos e que, mesmo com adventos como as mudanças climáticas, pode-se ter a esperança de um futuro promissor para a agricultura familiar camponesa.

Palavras chave: Clima, Saber Popular, Assentamento, Resistência, MST



## RESUMEN

La presente disertación de maestría, que tiene como título lo que nos enseñan los campesinos sobre el clima: Estudio sobre el MST y los campesinos del asentamiento Egidio Brunéto, tiene como objetivo principal la percepción de los campesinos / as vinculados al MST sobre la temática del " el clima y los cambios, teniendo como locus de investigación el asentamiento Egidio Bruneto, ubicado en el municipio de Juscimera - MT. Esta investigación forma parte del proyecto de investigación Educación Ambiental Campesina: Justicia Climática En Territorios Matogrosenses, que tiene como objetivo la comprensión de cómo los saberes provenientes de los campesinos pueden contribuir al fortalecimiento y resistencia ante los advenimientos del cambio climático y para el fortalecimiento de movimientos como la REAJA. En este contexto los campesinos / as están rehenes de varios desafíos, entre ellos, producir en un suelo que ya está muy degradado y con recursos financieros limitados, o sea, puede pasar varios años plantando sin tener retorno financiero. Produciendo a priori, para el propio consumo y mantenimiento del lote (subsistencia). En este aspecto mi investigación tiene como objetivo principal saber cómo el clima es percibido y pautado en el MST y en el asentamiento Egidio Bruneto. En este aspecto, busco comprender el concepto de Justicia Climática y la influencia de los cambios climáticos se inserta en la agricultura, principalmente porque la agricultura industrializada y el monocultivo han predado el sistema, y contribuido a que ocurran los cambios en el clima. Como método de investigación adoptó el Estudio de Caso, de cuño participativo, este modelo de investigación fue adoptado por el hecho de que es necesario que haya la interacción del investigador con la comunidad investigada, promoviendo la aproximación y generando un ambiente de reciprocidad entre las partes. La principal forma de resistencia que creen ser la más viable es la permanencia de los / las campesinos / as a la tierra. Para ellos el simple hecho de que los campesinos no abandonan el campo ya se configura como forma de resistencia al cambio climático. Otra forma sería la práctica de la agricultura sostenible, configurada por medio de la agroecología y de la producción limpia de alimentos, que ya se practica dentro del asentamiento. En el caso de los agroquímicos, se ha producido un aumento de la producción de agroindustrias y de la agroecología, reduciendo así el uso de agrotóxicos y menos predatorios al sistema. Para que este escenario pueda ser cambiado, las políticas públicas que rigen el campo, en especial las vinculadas a la Educación del Campo, deben ser fortalecidas, de modo que los procesos formativos valoren el saber popular y lo fortalezcan como enseñanza y en esta perspectiva, el saber popular se convierte en una poderosa forma de resistencia a los cambios en el clima, rompiendo la hegemonía del agronegocio en lo que se refiere a la formación académica y continuada, que hoy se basa en el sistema de agricultura capitalista. Siendo así, puedo reiterar que en el asentamiento Egidio Bruneto hay un compromiso con lo social y con el campesinado, reafirmando de este modo las premisas que fundamentan el movimiento desde sus orígenes, y, por medio de esta investigación, queda notorio que la lucha trabada tiene resultados positivos y que, incluso con advenimiento como los cambios climáticos, se puede tener la esperanza de un futuro prometedor para la agricultura familiar campesina.

Palavras chave: Clima, Saber Popular, Assentamento, Resistência, MST

# SUMÁRIO

## **CAPITULO 1**

1.1 - Introdução .....	10
1.2 - Biografia do pesquisador.....	14

## **CAPITULO 2 - REVISÃO BIBLIOGRAFICA**

2.1 - Da Justiça Ambiental às Injustiças Climáticas .....	19
2.2- O agronegócio e o nascimento da monocultura como predador ambiental e social .....	35
2.3 – MST – Do Direito À Terra Ao Enfrentamento As Mudanças Climática.....	41

## **METODOLOGIA**

Os caminhos percorridos .....	53
-------------------------------	----

## **CAPITULO 4**

4.1 - Fatores que desencadeiam Mudanças Climáticas e Causam injustiças Sociais.....	60
4.2 - O prognostico do assentamento Egídio Bruneto .....	62
4.3 - A visão dos assentados sobre as Mudanças Climáticas .....	69
4.4 - Considerações finais .....	87
Referências.....	95
Apêndice .....	103

## CAPITULO - 1

### 1.1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado, que tem como título **O Que Nos Ensinam Os Camponeses Sobre Clima: Estudo Sobre O MST E Os Camponeses do Assentamento Egídio Bruneto**, esta firmada em como o clima é percebido pelo MST<sup>1</sup>, e também pela percepção dos/as camponeses/as assentados pelo programa de reforma agrária, tendo como lócus de pesquisa o assentamento Egídio Bruneto, localizado nos municípios de Juscimeira e Jaciara Estado de Mato Grosso. Esta pesquisa faz parte do projeto de pesquisa **Educação Ambiental Campesina: Justiça Climática Em Territórios Matogrossenses**, que tem como objetivo a compreensão de como os saberes provenientes dos camponeses podem contribuir para o fortalecimento e resistências diante dos adventos das mudanças climáticas bem como para o fortalecimento de movimentos como a REAJA<sup>2</sup>.

Partindo do pressuposto de que os fatores climáticos se mostram um grande desafio a ser transposto e estão presentes no cotidiano de todos, busco entender como este fator tem influenciado a vida do ser humano e como ao longo dos anos tem se tornado um problema de proporções globais.

Nos vários caminhos percorridos, durante a pesquisa, pude identificar que estamos inseridos em uma nova realidade ambiental. As mudanças climáticas têm impactado a fauna e flora do planeta, principalmente por causa do aumento da temperatura global, que tem como principal causadora o efeito estufa, que nada mais é que o acúmulo excessivo de gases na atmosfera, principalmente de CO<sub>2</sub>, emitido pela queima de combustíveis fósseis, fomentado pela destruição de grandes áreas de floresta nativa, que dão lugar a grandes áreas de lavoura e pecuária.

---

<sup>1</sup> O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. (MST, 2016, Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST)

<sup>2</sup> Rede de Educação Ambiental e Justiça Climática (REAJA), envolvendo pesquisadores de 13 entidades, que representam 10 universidades, 2 entidades governamentais e 1 entidade não governamental, num total de 10 instituições brasileiras e 3 estrangeiras. Inclusive o IFMT - Campus São Vicente, Cuiabá e Cáceres. (SENRA, 2018)

A mudança no clima tem causas naturais e antrópicas, principalmente por causa do aumento populacional do planeta, sendo que em alguns séculos pulamos de milhares a bilhões de seres humanos habitando e sobrevivendo dos recursos naturais, aliando-se a estes fatores estão o modo de vida da população e, temos também, uma crise mundial eminente que é regida e fomentada pela ganância de poucos privilegiados.

O resultado tem sido uma gama de desastres naturais que vem ocorrendo, impactando e deformando cada dia mais o mundo, trazendo consigo consequências desastrosas para o meio ambiente, causando problemas socioambientais, prejudicando principalmente os menos favorecidos e as comunidades em estado de vulnerabilidade, vários são os grupos que podem ser classificados como em estado de vulnerabilidade, dentre eles estão os índios, os quilombolas e os/as camponeses/as.

Entre outros, estes são os que mais sofrem as penalizações advindas das mudanças no clima, sendo os grupos mais vulneráveis, e que estão em áreas consideradas de risco, ou que simplesmente são considerados descartáveis pela sociedade elitizada.

Neste cenário, a Justiça ambiental e a Justiça Climática, trazem a discussão os aspectos que geram as mudanças no clima, tanto políticos quanto sociais, fomentando a discussão de que os problemas ambientais não são frutos apenas de ordem ambiental, mas também está ligada as desigualdades sociais (ACSELRAD et al, 2009), geradas por políticas públicas falhas e por um sistema de produção extremamente capitalista e predatório

Sendo assim, procurei saber quais são as ações dos povos do campo em estado de vulnerabilidade têm tomado para se prevenir destas intempéries relacionadas às mudanças climáticas, e quais seriam, então, suas formas de resistência sociais, políticas, econômicas e principalmente educacionais (MILANEZ, FONSECA, 2011), haja visto que as futuras gerações têm que ter a sensibilidade e, posteriormente, a consciência do que irão enfrentar.

Para os/as camponeses/as, existem três opções distintas: ou ele se adequa, ou luta, ou busca formas de resistência às mudanças no clima, e deste modo poderão ser cunhadas políticas públicas que possam vir a contribuir para amenização, ou, quiçá, a solução deste problema.

Desta forma, correlacionei na pesquisa aspectos científicos, educacionais, sociais e políticos e busquei saber quais são os métodos de resistência utilizados, principalmente no que tange as classes menos favorecidas (e neste caso em específico os/as camponeses/as) que sofrem os maiores impactos com as mudanças no clima têm feito para resistir a este fenômeno.

Outros fatores podem ser adicionados aos já descritos, porém o que se relaciona às mudanças de clima, são os mais importantes, pelo fato de influenciarem nas precipitações e na produção do que é cultivado, uma vez que pragas, insetos e doenças também surgem com o fenômeno, assim como várias mudanças no comportamento da fauna e da flora.

Aliando-se a estes fatores as variações de temperatura, chuvas torrenciais, aspecto climático, relacionado à questão dos problemas ambientais, que atingem com maior força a população do campo mais carente, devido, principalmente, às injustiças financeiras e sociais, o que não ocorre com o grande produtor, que tem além de maiores recursos, possui maiores proteções advindas do governo.

Estes fatores acarretam junto a outros vários problemas, que vão desde a produção em si, o transporte, estradas, até a adaptação dos/as camponeses/as ao local, que muitas vezes, já passaram vários anos acampados/as, e agora entram em uma realidade que não é muito diferente da anterior e, mesmo com a posse da terra, ainda podem levar anos para se estabilizar.

Neste contexto os/as camponeses/as estão reféns de vários desafios, entre eles, produzir em um solo que já está muito degradado e com recursos financeiros limitados, ou seja, eles podem passar vários anos plantando sem ter retorno financeiro, produzindo a priori, para o próprio consumo e manutenção do lote (subsistência).

Neste aspecto minha pesquisa tem como objetivo principal saber como o clima é percebido pelo MST e no assentamento Egídio Bruneto.

Nesta perspectiva foram especificamente abordados neste trabalho as seguintes questões:

1. Investigar como as questões socioambientais e as mudanças climáticas afetam ou possam vir a afetar a agricultura familiar camponesa, no assentamento Egídio Bruneto;

2. Investigar quais as ações dos povos do campo em estado de vulnerabilidade têm tomado para resistir aos fatores relacionadas às mudanças climáticas;
3. Qual é a percepção geral do MST sobre mudanças climáticas e quais são suas táticas de resistência.

A ligação entre os saberes populares e as observações empíricas sempre foram os guias dos/as camponeses/as. Interpretar os acontecimentos da natureza é essencial para que possam fazer suas plantações e sem estes conhecimentos seria praticamente impossível produzir, haja vista que qualquer oscilação no clima afeta a produção de uma região por anos.

Embora não seja um considerado um conhecimento científico, os saberes populares foram e são importantes na produção camponesa, que sofre entre outras coisas com o descaso das políticas públicas. Entender como funcionam, como influenciaram e influenciam a vida no campo, é primordial para que se possa ter uma ideia do que ocorrerá no futuro, principalmente no que tange às mudanças no clima.

Neste aspecto, saber como é a percepção dos/as camponeses/as, ajuda a entender se há realmente Justiça Climática, principalmente porque a agricultura industrializada e a monocultura têm predado o sistema, e contribuído para que ocorram as mudanças no clima.

## 12 BIOGRAFIA DO PESQUISADOR

Minha família, assim como tantas outras, tem origem camponesa, porém minha mãe, além de camponesa, possui sangue indígena. Meu pai nasceu no estado de Minas Gerais, no município de Galileia, de família humilde, tiravam da terra o seu sustento. Meu avô possuía, (segundo as histórias de meu pai), terras na mesma região em que nasceu, deste modo sua ligação com a terra era muito forte.

No início dos anos 1970, por motivos pessoais, ele se deslocou para o Estado do Paraná, mais precisamente para região de Foz do Iguaçu, onde por algum tempo passou a trabalhar como meeiro em pequenos pedaços de terra arrendados.

Minha mãe convivia com sua família na região de Guaíra, no estado do Paraná, sendo uma das mais novas de uma prole de vários irmãos e irmãs. Ainda na adolescência foi morar com uma família de camponeses/as na cidade de Santa Terezinha do Itaipu, na qual acabou de se tornar adulta. Nesta família ela desenvolvia trabalhos com a terra, pois seus acolhedores desenvolviam a agricultura de subsistência em um sítio da família.

Nesta mesma época meu pai conheceu minha mãe, e como consequência, depois de algum tempo, acabaram por casar. Meu pai ainda exercia o trabalho com a terra, porém com o meu nascimento e da minha irmã, passou a desenvolver o ofício de pedreiro e passou a morar na cidade.

Eu acreditava, até pouco tempo, que meu pai tinha passado a morar na cidade por que acreditava ser mais conveniente, devido ao fato querer criar seus filhos na cidade, onde tinha mais recursos, porém eu me enganei.

Meu pai e minha mãe, assim como milhares de famílias Brasil afora, foram vítimas da modernização do campo e do evento denominado êxodo rural (PRIORE *et al*, 2012), que fez com que as pessoas que viviam e sobreviviam do campo migrassem para as grandes cidades. O êxodo rural ocorreu devido a mecanização do campo e a advento conhecido como revolução verde.

Neste meio tempo cresci ouvindo meus pais relatarem suas vivências no campo e de como a vida deles seria bem melhor se tivessem seu pedaço de chão para que pudessem produzir alimentos e, conseqüentemente, sobreviver do que plantassem.

Eles nunca foram ambiciosos e nunca quiseram ter uma grande propriedade, apenas uns poucos metros quadrados lhes bastariam e seriam suficientes para que pudessem ter suas “criações”.

Em 1984, mais precisamente em janeiro daquele ano, migramos (como muitas famílias fizeram), do estado do Paraná para o estado de Mato Grosso, onde nos instalamos na cidade de Jaciara. Meus pais não desistiram da ideia de ter sua terra e, justamente, migraram na esperança de consegui-la por aqui. A migração que houve para o estado de Mato Grosso, (CUNHA, 2006) não foi bem-sucedida, pois assim como nós, muitos outros migraram e, como consequência deste modelo inadequado de ocupação, abriram-se as portas para o atual modelo de agricultura que vemos hoje.

Dois anos depois meu pai entrou para um movimento que visava retornar os camponeses/as à terra, que na época estava propondo fazer um assentamento na região de Cotriguaçu, local que chegaram a visitar, porém não houve sucesso na implantação e as famílias não foram assentadas.

Tal movimento era coordenado pela igreja católica e fazia parte da pastoral da terra, CPT. Assim durante vários anos eles se mantiveram firmes na ideia de conseguiriam suas terras, porém com o passar dos anos ficou evidente que não seria possível.

Com a decepção de não terem conseguido, naquele momento, alcançar seu objetivo, meus genitores se fixaram em Jaciara, onde meu pai seguiu com seu ofício de pedreiro, mas sempre com o sonho do retorno ao campo. Ele o tentou de várias formas, trabalhou em fazendas e sítios, porém sempre se frustrava, pois não tinha como produzir, a terra não pertencia a ele e, quando produzia ou começava a produzir tinha que se mudar daquele local.

Acompanhei estes episódios da vida de meus pais sem entender muito a fascinação que ele tinha. Pensava comigo o porquê de não mudarmos para cidade, onde tudo parecia ser mais fácil, e não precisaríamos perder tudo que já havíamos feito, parecia tão óbvio. Vi muitas vezes meu pai lamentar, ao ter que abandonar o que tinha feito, mas não era dele, tantas lutas, muito trabalho, (nesta época eu já o ajudava na roça), muitos dias de trabalho pesado, enxadas, foices, machados...

Hoje eu entendo que éramos vítimas de políticas públicas inadequadas, de modelos de reforma agrária também inadequados, do advento, que por motivos de



capital, levou o campo à modernização e, por este motivo, vivemos a margem da sociedade.

Meu pai nunca se adequou a vida na cidade. Sempre estava se deslocado, sempre sonhando com o regresso às origens. Todo este processo pelo qual passamos, denota como a sociedade capitalista expulsa o ser humano do campo, desmembrando seu modo de vida, forçando-o a conviver no ambiente urbano (GONÇALVES, 2001), tão diferente de suas origens, gerando problemas sociais, formando favelados e o abandono do campo.

Nós todos somos vítimas da sociedade capitalista, que de alguma forma acaba por influenciar nosso futuro, de tal maneira que, já adulto, passei a ser trabalhador em fazendas, acreditava que trabalhando no agronegócio poderia de alguma forma, quem sabe um dia, achar um lugar que pudesse realizar os sonhos de meu pai.

Neste meio tempo, já estava casado, meu pai havia ido para o norte do Estado, em Sinop, tentar a sorte, mas já estava com idade avançada, não havia muito o que fazer. Onze anos se passaram rapidamente, e embora eu tenha tentado ir trabalhar na localidade que meu pai e mãe se encontravam, acabei por não me adaptar à região, e dois anos depois regressei para Jaciara novamente.

Morando em fazendas descobri como o agronegócio é de fato muito mais cruel do que se imagina, ele ilude e agrega promessas, mas, na verdade, quem se beneficia são apenas os patrões. Os empregados e agregados nada levam, a não ser as enfermidades causados pelos longos anos de exposição aos agrotóxicos.

Nas propriedades em que trabalhei observei que há um grande desrespeito para com o ser humano e que não passamos de marionetes do sistema, pois tudo que aprendemos com o modelo de agronegócio é que somos inferiores e que nosso saber é totalmente desnecessário, somos, então, condicionados a acreditar que se o modelo de produção vigente não for protegido, estaremos fadados a fracassar com ele, e não somente profissionalmente, mas também pessoalmente, pois o conforto do patrão está em primeiro lugar.

Somos marginalizados sem nos darmos conta de que fomos educados e incorporados a uma sociedade exploradora (FREIRE, 1987), não podemos pensar, não podemos opinar, temos apenas que seguir, temos apenas que ser oprimidos e acabamos, um dia, querendo ser os opressores.

Meu pai faleceu em 12 de outubro de 2010, mesmo ano em que ingressei na faculdade, minha mãe morava com minha irmã e faleceu em 04 dezembro de 2018, durante a fase de escrita desta dissertação, somos, hoje, órfãos de um sonho que durou enquanto eles viviam.

Tornei-me professor de Ciências da Natureza no ano de 2014, hoje eu entendo o anseio do meu pai pela terra, entendo também a luta da qual ele participou assim que chegamos em Mato Grosso. Hoje, como professor, uso todo conhecimento que obtive na faculdade e por meio do trabalho que desenvolvo como pesquisador, entendo que é possível utilizar o conhecimento empírico que adquiri nos anos em que acompanhei meus pais no campo a fim de auxiliar aqueles que como ele almejam pelo retorno a vida no campo.

Como professor e pesquisador, acredito que por meio das lutas dos movimentos sociais, principalmente do MST, consigamos realocar os povos que almejam viver no campo regressando às suas origens. Essa luta não é de agora, como disse, meus pais já fizeram parte dela em meados dos anos 1980. Entender que o acesso à terra é direito constitucional e que uso dos recursos que nela houverem é uma responsabilidade de todos, fará com que possamos cada vez mais nos aproximar da realidade social mais justa que almejamos.

Outrossim, apresento esta pesquisa em quatro capítulos, e neste primeiro capítulo, faço uma introdução ao tema com meus objetivos, justificativas e com as hipóteses referentes ao tema. Faço também a apresentação da minha biografia, contando um pouco da minha história e de quais foram os caminhos que percorri até o presente momento.

A partir do capítulo II, apresento a revisão bibliográfica com os conceitos mais relevante para o tema da pesquisa, trabalhando um pouco com a história do ser humano e de como a descoberta da agricultura revolucionou a sua vida e o transformou em um ser social, que mesmo com dificuldades evoluiu e chegou aos moldes que conhecemos hoje. Faço o caminho que adentra esta evolução e apresento como as mudanças climáticas de ordem natural, ajudaram o ser humano a chegar a lugares antes impossibilitados, e de como ele, conseqüentemente, contribui, nos dias de hoje, com este fenômeno.

Trabalho também com um pouco de conceito de Justiça Climática e de justiça social, de como o ser humano, depois de se tornar um ser social, enfrenta tantos problemas relacionados ao convívio com seus pares, e de como a sua ganância destruiu e destrói a natureza, gerando, na atualidade, problemas sociais e ambientais.

No capítulo III discorro sobre os caminhos que tornaram possível esta pesquisa, fazendo uma descrição dos métodos e tática utilizadas e de como fiz do diálogo a principal forma de aproximação com o MST podendo, desta forma, trabalhar e alcançar meus objetivos.

No capítulo IV faço a discussão dos dados, correlacionando os aspectos sociais envolvidos na conquista da terra, de como as mudanças climáticas influenciam na vida dos assentados e qual é realmente sua percepção dessas mudanças. Terminando fazendo uma análise rápida dos saberes camponeses que agregam e nos ensinam sobre as mudanças no clima e de como a atual conjuntura política pode influenciar nas mudanças climáticas aqui em nosso país.

## CAPITULO II

### 2.1 DA JUSTIÇA AMBIENTAL AS INJUSTIÇAS CLIMATICAS

Várias transformações ocorreram ao longo dos tempos. Desde o princípio, aconteceram mudanças extremas na formação física química e biológica da Terra. No começo era uma grande bola incandescente, que aos poucos foi esfriando e tomando forma, lentamente formou-se a atmosfera, composta por várias camadas de gases e partículas sólidas, provenientes das gigantescas erupções vulcânicas (BLANK, 2015), que formaram a camada sólida. Logo a atmosfera densa se tornou instável e promoveu por milênios uma rigorosa precipitação, que deu origem aos oceanos e corpos d'água.

Não demorou muito para que a vida surgisse nestes oceanos, primeiramente unicelular, anaeróbica e depois evoluindo, por meio da simbiose (HARARI, 2017), para formas de vida mais complexas, gerando os primeiros exemplares de vida animal e vegetal.

Este breve relato do início da formação do planeta e da vida que nele persiste até os dias de hoje só é possível depois da terceira e mais polêmica revolução, a revolução científica. Diante deste relato podemos entender, pelo menos em parte, os acontecimentos que nos fizeram surgir neste mundo e de como chegamos a espécie dominante do planeta (KOLBERT, 2015, HARARI, 2017) e nos institui como a forma de vida mais agressiva, no que diz respeito a interação com o meio em que vivemos.

O planeta concebeu a forma de vida que atualmente é a espécie dominante, o *Homo Sapiens* (embora tenham existido outras espécies de homínídeos, este se sobressaiu aos demais há cerca de duzentos mil anos) e com ele nasceram as primeiras formas de sociedade organizada por meio de uma cultura primitiva, mas que revolucionou o mundo como o conhecemos hoje (HARARI, 2017). Durante a história da humanidade que se seguiu a ocorrência de três revoluções foi crucial para o seu desenvolvimento, mudando seus caminhos e comportamentos como seres sociais.

A primeira e mais importante revolução ocorrida, foi a revolução cognitiva. A partir dela começamos a contemplar os primeiros registros históricos, pois, ao tomar consciência de que existe como ser, o humano primitivo, passa a desenvolver um papel importante na história evolutiva do planeta, se sobressaindo às outras espécies, causando profundas mudanças, principalmente nos locais onde habitou.

O surgimento de novas formas de pensar e se comunicar, entre 70 mil anos atrás a 30 mil anos atrás, constitui a Revolução Cognitiva. O que a causou? Não sabemos ao certo. A teoria mais aceita afirma que mutações genéticas acidentais mudaram as conexões internas do cérebro dos sapiens, possibilitando que pensassem de uma maneira sem precedentes e se comunicassem usando um tipo de linguagem totalmente novo. (HARARI, 2017 Pg. 27).

Após este período não houve obstáculo para o avanço do ser humano no planeta. Em pouco tempo, ele dominou todas as áreas a que teve acesso e a cada novo local que o *Homo Sapiens* habitava, era acompanhada quase que imediatamente a extinção dos seres ali presentes (KOLBERT, 2015, HARARI, 2017). Embora fosse um animal aparentemente frágil e pequeno em relação aos demais, tinha uma peculiaridade que nenhum outro possuía: era dotado da capacidade de pensar. Tal fator levou-o de apenas mais um animal ao topo da cadeia alimentar e o consolidou como o maior predador a andar sobre a Terra.

Com a dominação do fogo o ser humano tem em suas mãos uma ferramenta preciosa e, potencialmente, também a mais destrutiva, que permite a ele não somente se aquecer do frio, mas também se proteger dos predadores que o espreitavam na noite.

Para Harari (2017) não demorou muito para que o ele descobrisse outra utilidade para o fogo, assim, rapidamente o ato de incendiar florestas se mostrou mais eficaz do que ficar vagueando a procura de animais, pois era muito mais fácil coletar a carcaça de animais mortos do que ter um embate com ele em uma caçada. Lógico que para nossos ancestrais esta pratica era essencial para sobrevivência da espécie, mas trazia consequências para a fauna e flora locais, ou seja, inadvertidamente (ou não) temos neste cenário o início da predação da natureza.

A segunda revolução ocorreu entre doze e dez mil anos e a conhecemos como revolução agrícola. A revolução agrícola traz consigo a domesticação de animais e plantas, antes disso o ser humano era caçador-coletor, sobrevivendo da caça e da coleta de plantas, raízes e frutos (KOLBERT, 2015, HARARI, 2017). O primeiro passo foi a domesticação de plantas, em seguida se domesticaram os animais.

O trigo foi a primeira planta a ser cultivada para suprir a demanda de alimentos aos novos grupos que se formavam. Animais como ovelhas e espécies bovinas foram domesticadas (SCHUCK, RIBEIRO, 2015) para que fornecessem carne, pele e couro para alimentar e vestir os habitantes dos aglomerados humanos que se formaram.

Os seres humanos se tornaram cada vez mais inteligentes, pois deixando a vida nômade se gastava menos energia com os longos percursos que tinham que ser feitos atrás de alimentos. Embora os caçadores-coletores dominassem muitos conhecimentos relativos a natureza, esta nova forma de se viver tornou possível o aprofundamento deste conhecimento.

Há aproximadamente 10 mil anos, no final da última era glacial, o planeta tinha cerca de dois milhões de pessoas vivendo predominantemente da caça e coleta de uma grande diversidade de plantas. Até essa época, nossos ancestrais viviam e se deslocavam em pequenos grupos cuja densidade permaneceu baixa por centenas de milênios. Foi nesse período, no entanto, que aprendemos a cultivar algumas espécies de plantas e a domesticar animais em regiões com condições climáticas favoráveis. Iniciava-se aí o processo de produção de alimentos que transformaria nossa história. O fim da necessidade de locomoção constante em busca de alimento permitiu a expansão de nossa população ancestral. Mais pessoas passaram a viver numa determinada área, as práticas agrícolas se difundiram, o número de vilarejos cresceu, as sociedades se tornaram progressivamente mais complexas. (SCHUCK, RIBEIRO, 2015 Pg. 04)

Esta nova fase na vida do *Homo Sapiens* fez nascer a sociedade como conhecemos hoje e, embora pareça ser um grande passo evolutivo (passamos de nômades a residentes fixos), o que a revolução agrícola trouxe causou mais transtornos que benefícios (TILIO NETO 2010; HARARI 2017).

Os seres humanos agora podiam viver sem o medo de faltar provisões, a revolução agrícola também trouxe para a população meios para que assegurasse a quantidade adequada de alimentos em tempos em que a caça e a coleta ficavam difíceis e isto gerou segurança permitindo que as comunidades ascendessem de forma exponencial, tornando pequenos povoados em cidades cada vez maiores. Este tipo de convívio não foi fácil (HARARI, 2017), passamos da situação de caçadores-coletores e agora éramos responsáveis por uma gama de outros que dependiam do sistema social recém desenvolvido.

Não posso deixar de lado a importância que esta evolução trouxe para o desenvolvimento social e cultural do *Homo Sapiens*. A domesticação de várias espécies de plantas e de animais (MAZOYER E ROUDART 2010; HARARI, 2017) promoveu a abertura de comércios de escambo, tornando possível as trocas de produções antes restritas apenas a quem as produzia.

Para Harari (2017) o ser humano se viu diante de vários desafios quando deu início a revolução agrícola, pois sendo caçador-coletor não era condicionado a normas

ou regras, podia caçar livremente, não tinha territórios e não era obrigado ao convívio com outros de sua espécie, além do que, esta convivência aglomerada trouxe uma série de males à saúde, como desnutrição das crianças, que agora dependiam apenas do mingau do trigo e do leite materno, que não se mostraram suficientes para suprir suas necessidades nutricionais.

Com a criação do que o autor chama de ordens imaginadas (entre elas a religião e a política), nasceram os meios de dominação sobre aqueles que eram mais vulnerabilizados, agravando-se com a invenção do dinheiro, fomentando a desigualdade e gerando os primeiros problemas sociais e políticos.

Mazoyer e Roudart (2010) relatam que a agricultura mudou realmente o mundo de forma drástica, pois além de causar mudanças no aspecto do planeta, ao longo da evolução agrícola e em suas várias fases, promoveu alterações no comportamento social do ser humano, e passou de uma agricultura de subsistência, voltada para a manutenção das tribos e cidades, para a agricultura industrial como conhecemos hoje, que como sabemos é relativamente nova.

A história da agricultura não só levou ao desenvolvimento do sistema social atual, como ao longo dos anos, também gerou pobreza, fome e desigualdades sociais, além de promover uma gama de impactos desfavoráveis ao meio ambiente, fomentando várias mudanças, entre elas as mudanças climáticas.

Para Harari (2017), após a revolução científica, pode-se entender como ocorreram as mudanças necessárias à existência da vida, e como estas mudanças influenciaram nas espécies de plantas e animais como um todo, mas, principalmente, na vida dos seres humanos. Vamos nos ater a apenas um dos fatores, ou seja, as mudanças climáticas que ocorreram por meio dos tempos e qual a contribuição da natureza e principalmente da humanidade no agravamento deste fator tão importante para manutenção da vida na terra.

A revolução científica deu origem às tecnologias atuais e são fundamentais para dar ao ser humano uma melhor qualidade de vida, no entanto, as conquistas e avanços foram responsáveis por ampliar os impactos no ambiente, fauna e flora foram os mais atingidos. Yann Arthus-Bertrand, em seu documentário intitulado *HOME*, retrata o que tem ocorrido no mundo ao longo do tempo. Ele mostra como os países

com mais poder aquisitivo consomem e mudam radicalmente as paisagens naturais, afetando entre outras coisas o clima do planeta.

Deste modo, percebo que as mudanças climáticas de ordem natural ocorreram no planeta várias vezes, aquecendo e resfriando o sistema em várias ocasiões, causando mudanças severas nos hábitos humanos, de plantas e animais; forçando os habitantes a se adaptarem ao novo tipo de clima (KOLBERT, 2015, HARARI, 2017). Por causa deste fenômeno houveram vários agravantes, entre eles a extinção de várias espécies de animais e plantas e incidência de várias eras glaciais.

Segundo Harari (2017), ocorreram pelo menos dez eras glaciais ao longo do último milhão de anos, sendo que a última teria tido uma duração longa, entre setenta e cinco e quinze mil anos, sendo extremamente severa à vida. Mesmo assim muitos animais, inclusive o ser humano, teriam resistido a estas mudanças, adaptando-se a esta nova realidade.

As mudanças climáticas então não seriam a única causa das extinções em massa e a contribuição maior seria do ser humano (KOLBERT, 2015), sendo que as condições climáticas também teriam auxiliado na locomoção e tornaram possível a chegada do ser humano em regiões antes inacessíveis por causa das aglomerações de gelo e neve (HARARI, 2017) que com o aquecimento do planeta derreteram e deram passagem segura para outras regiões inexploradas.

Vimos, assim, que as mudanças ocorreram no passado de forma natural, sem intervenção humana, mas, as ações do ser humano na atualidade têm contribuído para que as mudanças climáticas que ocorreram ao longo dos milênios se repitam com uma força mais destrutiva do que já se registrou. Sendo assim, como os povos em estado de vulnerabilidade, a exemplo dos/as camponeses/as, resistirão a estes fatores?

O que temos que entender é que há diferenças entre os vários tipos de fenômenos que acometem o sistema que controla o clima, ou seja há uma interligação entre o aquecimento global as mudanças climáticas e o efeito estufa (TILIO NETO, 2010), embora sejam fenômenos interdependentes, tem origens e conceito diferentes, porém causam problemas em ordem global.

O efeito estufa ocorre com o aumento das concentrações de gases na atmosfera, como o dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, e perfluorcarbonetos, que têm aumentado progressivamente desde a revolução industrial (TILIO NETO, 2010).



Aquecimento global é, então, dentro desse contexto, o aumento da temperatura no planeta de forma geral, fornecida pela média das temperaturas globais.

Mudanças climáticas seriam assim, as alterações sentidas nos vários climas que compõe o sistema climático global. Estas três anomalias advêm de diversos fatores naturais e humanos, (TILIO NETO, 2010), sendo que o fator humano é considerado por muitos a causa maior da sua aceleração.

Tilio Neto (2010), ressalta que os estudos direcionados às mudanças climáticas não naturais ganharam força devido ao fato de que nas últimas cinco décadas a ação do ser humano tem contribuído para o aumento da temperatura. Embora o autor não ache significativa a ação antrópica no fenômeno, não se pode negar sua contribuição. Em um sistema normal, sem ação do ser humano e por causas naturais, o fenômeno poderia levar mais tempo para ocorrer. O autor trata a ação antrópica como causa secundária, mas analisa o fenômeno do aquecimento global como preocupante, acarretando fenômenos no clima como a incidência maior de furacões, secas e enchentes, causando estragos significativos na agricultura e nas comunidades humanas, sendo que as mudanças climáticas envolvem paradigmas essenciais ao desenvolvimento e a sobrevivência do ser humano na terra, envolvendo, principalmente aspectos sociais e políticos.

Desta forma, as questões ambientais permeiam vários segmentos da sociedade, tendo uma série de propostas voltadas ao meio ambiente, à ecologia, e principalmente à sociedade. A degradação ambiental que ocorre na atualidade, traz à tona discussões que procuram buscar alternativas viáveis e menos conflitantes para os problemas ambientais vigentes na atualidade. O que se observa, então, na sociedade em que vivemos, é que os sistemas ecológicos e ambientais se encontram desestabilizados, devido ao mau uso dos recursos naturais.

Neste cenário a Justiça Ambiental deixa claro que toda essa perturbação ecológica e ambiental reflete na sociedade, porém de forma desigual e, na maioria das vezes, injusta (ACSELRAD *et al*, 2009). Os diferentes grupos sociais são afetados de formas desiguais, sendo que os grupos sociais em estado de vulnerabilidade sofrem mais. O movimento por Justiça Ambiental surge então, nos Estados Unidos, decorrente da poluição de bairros de classes mais pobres, onde eram depositados resíduos tóxicos.

Para Bullard (2004), estes acontecimentos geraram vários entraves judiciais e levou os movimentos a pedirem por uma justiça ambiental voltada para os grupos marginalizados que tinham suas comunidades afetadas e prejudicadas de modo desproporcional em relação as comunidades com maior poder aquisitivo.

O movimento visava algo diferente do que se reivindicava nos movimentos convencionais, que geralmente acabava por ignorar os malefícios causados nas classes menos favorecidas. Até então, a questão não era levada em consideração pelos ambientalistas, pois o foco do movimento ambientalista era a degradação do meio ambiente e não seu efeito na sociedade (CARTIER *et al*, 2009; BALIM *et al*, 2014).

Os movimentos que lutam por justiça ambiental ganharam grande força política e social, pois derivam de movimentos sociais de base, envolvendo comunidades e classes marginalizadas que lutam por seus direitos, pressionando as classes políticas.

Esta reivindicação vem das comunidades em estado de vulnerabilidade e das pessoas que delas fazem parte que na sua maioria prejudicadas por empresas de grande porte que poluem e não estão preocupadas se isto afeta ou não as populações em estado de vulnerabilidade, ou seja, a justiça climática é a extensão e o grito das pessoas por uma igualdade de direitos que lhes é negado.

As reivindicações do movimento por justiça ambiental ecoam com as vozes e valores dos grupos que almejam por uma sociedade mais justa e igualitária que não seja excludente, (ACSELRAD *et al*, 2009; BULLARD, 2004), enfrentando de forma ativa os desafios provenientes das mudanças climáticas globais, resistindo às imposições capitalistas e contra as injustiças que venha a promover.

Os movimentos socioambientais tentam dar significado a luta contra o modelo que domina a sociedade, que é disseminado por um pensamento que se opõe duramente, contra a possibilidade de que quem tem que arcar com os maiores impactos ambientais são os menos favorecidos.

Neste aspecto desenvolvimentista, Balim *et al*, (2014), destaca que a população que reside em locais fora dos grandes centros, ou em periferias, estariam expostas a um modelo de desenvolvimento arbitrário, pois não tem apoio político, econômico e social, não podendo assim, reivindicar seus direitos básicos como saúde, saneamento básico, dentre outros.

Mais especificamente, Acselrad *et al* (2009, P. 16) define o que é a Justiça Ambiental pela ótica do movimento criado nos Estados Unidos da América (EUA)

É a condição de existência social configurada por meio do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no qual diz respeito à elaboração desenvolvida, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se os grupos étnicos, raciais ou de classe, devam suportar, uma parcela desproporcional, das consequências ambientais negativas, resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais, ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão política (ACSELRAD *et al*, 2009, p. 16).

A Injustiça Ambiental ocorre, mais precisamente, perante a desigualdade de distribuição dos recursos naturais e dos impactos nele causados pelas grandes indústrias e por políticas públicas, que agem a favor destas, sendo assim temos na sociedade desigualdades sociopolíticas, (ACSELRAD *et al*, 2009), permitindo que as classes sociais em estado de vulnerabilidade arquem com a maior parte dos danos ambientais afetando as populações de baixa renda, geralmente da periferia ou de países em desenvolvimento

Devemos analisar a Injustiça Ambiental por vários pontos de vista que estão relacionados intimamente com questões de políticas públicas e sociais e principalmente na área privada. Isto fica notório com o memorando do Banco Mundial, memorando este de responsabilidade de Lawrence Summers (na época presidente do banco), que escandalosamente tenta justificar o porquê das indústrias poluidoras se instalarem em países não desenvolvidos.

Neste documento, Summers deixa explícito que as populações de países subdesenvolvidos vivem menos, (ACSELRAD *et al*, 2009; BALIM *et al*, 2014), isto faria com que não fossem afetados pela poluição, uma vez que seu tempo de vida é curto, e que se morrem o custo deste fato tem menor impacto econômico que em um país desenvolvido, argumenta também que a questão ambiental nestes países é puramente estética e, por isso, infundada.

A Injustiça Ambiental tem como raiz, vários segmentos ligados à esfera pública e privada relacionadas ao consumismo e a produção exacerbada de produtos e mercadorias para abastecer o mercado consumidor dos grandes centros.

Tenta-se encobrir o porquê da degradação ambiental causada por estes sistemas por meio da ideia de que o mercado mundial tem prioridade, principalmente por causa

da globalização. Este fato se concretiza pela grande quantidade de bens de consumo nas mãos de poucos “privilegiados”, marginalizando o restante da população. Para Acselrad *et al* (2009, p. 75/76), a desigualdade social é o pivô central das degradações sofridas pelo meio ambiente, pois quem mais se beneficia do meio ambiente são os mais abastados, enquanto que os mais pobres pagam um preço mais alto pelo que não foram responsáveis.

Neste ponto o autor defende veementemente que não se pode retroceder a crise ambiental sem que haja uma justiça social para os mais humildes. O que ocasiona, então a desigualdade ambiental, e conseqüentemente as injustiças ambientais, são as desigualdades promovidas dentro das esferas do mercado, da política (da falta de informação ou deturpação da mesma), com o desmembramento da criticidade, a negação de que a justiça e injustiça ambiental exista, e desta forma não existiria então a desigualdade ambiental.

O que Acselrad *et al* (2009) demonstra é que há um protecionismo por parte dos grandes, tentando se livrar de suas responsabilidades ambientais e sociais, tentando mistificar a Justiça Ambiental (para que a mesma caia em descrédito) e, ao mesmo tempo, transferem a responsabilidade da degradação ambiental para a população pobre, e desta forma conseguiriam provar que não existe Injustiça Ambiental.

A justificativa estaria ligada também ao pressuposto de que existe uma desproporção neonatal das populações pobres, o que também seria causa de degradação do ambiente, chegando ao ponto de proporém que o meio ambiente tem que pertencer ao meio privado, pois seria preferível isto a ruína dos grandes empresários, protegendo assim o mercado.

A população deve então ficar atenta às degradações ocorridas no meio ambiente, para que se possa conseguir uma reação coletiva de enfrentamento, organizando-se de modo social cultural e político, pois poderão ser induzidos a conviver com locais insalubres (ACSELRAD *et al*, 2009), sendo a artimanha das empresas a compra do silêncio por meio de “favores” e enganações, advindas de ações sociais que servem de distrações, enquanto ocorre a degradação.

As grandes empresas costumam usar como arma, a ideia de que estão gerando renda e emprego para população local, compram seu silêncio e sua lealdade, com a construção de algum bem comunitário como escolas, creches ou centros de lazer

mútuos (ACSELRAD *et al*, 2009, p.80/81), podendo tornar a comunidade um depósito de materiais tóxicos, ou mesmo implantar indústrias químicas poluidoras neste local ou comunidade

Neste contexto, podemos observar que o desenvolvimento tem sido obtido a qualquer custo, não importando qual preço deva ser pago, o número alto de discriminação exercido pelo sistema privado quanto as comunidades de risco é prova disso (CARTIER, *et al*, 2009) e, apesar do Brasil possuir leis ambientais que coíbem os excessos, esta fica comprometida pela má gestão política do Estado, desenvolvendo uma distribuição desigual no que diz respeito ao social e ambiental.

Em suma, a Injustiça Ambiental é então, resultante do sistema que produz e ocupa indiscriminadamente espaços sociais em estado de vulnerabilidade, expondo a população local a perigos ambientais, exposição a produtos tóxicos, e penaliza estes a arcar com as consequências. Enquanto trabalhadores e suas famílias são expostas a estes perigos, o poder público parece não tomar atitudes viáveis, tornando o problema ambiental uma questão séria, tanto social quanto ambiental, fazendo com que a Injustiça Ambiental seja uma das mais preocupantes questões da atualidade, gerando distúrbio a nível local e global, causando problemas socioambientais.

Neste contexto a conceituação de Justiça Climática advém dos mesmos paradigmas que envolvem a Justiça Ambiental, demonstrando que os impactos provocados pelos fenômenos climáticos (MILANEZ; FONSECA 2011) atingem as classes sociais, impactando-as de forma desigual e na maioria das vezes injustas, haja vista que os que arcam com este custo não são os causadores.

Para Milanez; Fonseca (2011) este fator acarreta uma série de fatores que estão além dos problemas ambientais, causando desequilíbrio na sociedade, principalmente no que tange à distribuição desigual da responsabilidade quanto aos danos acarretados. Deste modo, a Justiça Climática se torna um movimento que tem em suas premissas a ideia de que as mudanças climáticas ocorrem a nível global e afetam também áreas regionais e não são questões simples, pois envolvem problemas de cunho social e político, não estando pautada apenas em questões relacionadas ao meio ambiente.

Embora para alguns as mudanças no clima sejam resultado da degradação promovida ao longo de anos de industrialização, dos modelos econômicos capitalistas

e da falta de leis mais rígidas, ela também não deixa de ser fruto da desigualdade social, causada por uma sociedade altamente seletora, racista e consumista, fatores estes que não podem de maneira alguma serem ignorados.

Tanto a Justiça Climática quanto a Justiça Ambiental podem ser consideradas movimentos básicos da população, pois trazem à tona discussões que envolvem a organização de comunidades, que acabam por promover acontecimentos que são chaves para ações que determinaram o futuro daquela comunidade ou região, pressionando governos e estatais a mudarem suas políticas funcionais (MILANEZ *et al* 2011). Não havendo um movimento da população, não há como forçar as classes detentoras do poder, ou seja, a ação de uma população acaba por fortalecer o pedido de Justiça Climática (CARTIER *et al* 2009), que nada mais é que o grito destas populações em resposta ao mal que sofrem.

Neste contexto, as questões das mudanças climáticas ganham força, devido a sua ascensão como problema sócio ambiental, tornando-se um fator de urgência para os ambientalistas, que passam a procurar caminhos que busquem minimizar os efeitos das mudanças climáticas.

Campanhas voltadas para preservação do meio ambiente são desenvolvidas, porém para Balim *et al* (2014) estes processos acabam por gerar caminhos desfavoráveis para que comunidades menos favorecidas e pobres e em estado de vulnerabilidade, sintam mais as consequências derivadas dos fatores climáticos, transformando a justiça climática em uma injustiça.

Devemos então olhar a sociedade como algo muito mais complexo, controverso e injusto do que parece. As ações que o ser humano desempenha dentro dela refletem além do que podemos perceber e, quando percebemos, as consequências podem ser desastrosas, principalmente no que se refere ao social.

Reconhecer que em um mundo altamente globalizado não existe uma balança justa no que diz respeito ao social ao ambiental já é um grande passo para que se formulem táticas de resistência às mudanças climáticas.

Refletir sobre qual é o nosso papel dentro da sociedade e como estamos agindo para preservar o meio ambiente, e principalmente, se o que praticamos é justo para com todos. As mudanças climáticas nos levam a refletir sobre o que é justo e sobre a

prática de uma justiça igualitária, e caso isto não ocorra, temos então um caso de injustiça.

Para Milanez; Fonseca, (2011) e Jumpa, (2012) efeitos climáticos geram consequências a longo e a curto prazo como secas, avanço de desertos em terras agricultáveis e os considerados eventos extremos como por exemplo, ondas de calor intensas, precipitações em intensidades fora do normal, doenças e pragas em plantações, tornaram-se cada vez mais comuns.

A questão climática pode ser vista, então, como um problema de justiça social, pois as mudanças climáticas derivam de um sistema capitalista que visa o lucro por meio de empresas e indústrias que poluem e degradam, de uma monocultura agrícola predatória que agride o meio ambiente e causa problemas socioambientais, aliando-se às desigualdades econômicas e a ganância, tendo o apoio de políticas públicas falhas que oferecem brechas para que o problema se agrave cada vez mais.

Organizar a sociedade em grupos é sem dúvida a maior força de resistência e deste modo tivemos nas últimas décadas a formação de grupos de estudo e pesquisas ambientais, ligados a educação ambiental, que tentam encontrar soluções para o problema da degradação e das desigualdades sociais.

Grupos de estudos como o GPEA (Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte) buscam em seus estudos soluções para os problemas ambientais e sociais, fazendo da educação ambiental uma bandeira de luta voltada não apenas para o ambiental, mas também para questão humana e social, buscam em suas premissas o resgate do saber popular, transcendendo o saber científico (SATO, SENRA, 2009), sendo formados por pesquisadores de diversas áreas, tentam resgatar o pesquisador, tirando-o do isolamento racional, para que possa ter um olhar subjetivo e de afeição na construção do saber.

Coordenada pelo GPEA, está a REAJA (Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática), que busca por meio da pesquisa das mudanças climáticas entender e buscar meios de enfrentamento ao fenômeno. Sua premissa se baseia no fato de que o atual modelo de desenvolvimento está tornando-se insustentável, gerando problemas de desigualdade social, atingindo os grupos menos favorecidos.

Desta forma, a proposta do grupo é realizar pesquisas que identifiquem quais são os grupos sociais em estado de vulnerabilidade e quais são suas táticas de enfrentamento as mudanças climáticas.

Grupos de estudos como o GPEA e a REAJA, são de suma importância na fomentação de trabalhos na área de educação ambiental e mudanças climáticas, pois buscam por meio da pesquisa adquirir o conhecimento necessário para entender como os acontecimentos relacionados ao clima e ao meio ambiente são vistos pelo mundo e quais são as percepções dos pesquisadores e pesquisados, quanto ao enfrentamento e a forma de resistência propostas, bem como ocorrem os casos de injustiça climática e ambiental.

As pesquisas realizadas por estes grupos aliadas a outras ao redor do mundo buscam entender de forma regional e global o que ocorre e quais são os efeitos das mudanças climáticas em locais específicos, procurando analisar quais são os fatores que as causam e analisam se há ou não casos de injustiça climática.

Jumpa (2012) faz uma análise sistemática do que é justiça climática, referenciando cada ponto necessário ao entendimento do que são as mudanças climáticas, dos fatores que as causam e como a justiça climática se transforma em uma injustiça, sobrecarregando as classes menos favorecidas. Para isso ele faz um levantamento dos efeitos das mudanças climáticas em seu país (Peru), denunciando desde o degelo de áreas cobertas pela neve, até a predação da floresta amazônica peruana, não deixando de lado as questões sociais, políticas e ambientais que já foram discutidas ao longo dos anos.

Com as pesquisas avançando a um ritmo acelerado, as projeções atuais ainda não são suficientes para determinar o que acontecerá em futuro próximo, uma vez que os modelos matemáticos usados para medir as consequências das mudanças climáticas são a nível global e os estudos em proporções menores ainda não são suficientes para nos dar uma ideia do que acontece em nível local e regional.

As pesquisas regionais, por sua vez, têm mantido o foco no olhar das populações em estado de vulnerabilidade, buscando entender suas reações as mudanças climáticas e como estes setores sociais enfrentam esta nova realidade, levando em consideração sua condição social e seu grau de vulnerabilidade socioambiental.



Somente deste modo haverá uma contribuição significativa que levará a prevenção de eventos mais desastrosos que possam vir a surgir, diminuindo também os casos de injustiça climática e fomentando políticas públicas que sejam justas, atenuando de forma progressiva a vulnerabilidade que se instalou nas populações, causadas pelas mudanças climáticas.

Para Milanez, Fonseca (2011) e Acsehrad (2009) somente desta forma a justiça climática poderá ser igualitária, pois os efeitos das mudanças são sentidos em locais que não são responsáveis, por exemplo, pela emissão exacerbada de poluentes, tornando-os vítimas de um sistema injusto que visa lucro a qualquer custo.

Temos também o caso da monocultura praticada pelos grandes latifúndios, que preda o sistema como um todo, causando desequilíbrio ambiental, tornando o modelo de produção atual obsoleto, que deve ser revisto, pois não temos como mantê-lo, uma vez que a degradação ambiental não fica restrita ao local, ela tem efeitos em nível maior que o regional.

As degradações causadas atingem dimensões além de onde ocorreu o fato. O debate se torna delicado, pois temos que levar em consideração questões sociais, ambientais e principalmente políticas (CARTIER *et al* 2009; BRASIL 2016; MILANEZ, FONSECA 2011). Sobre as águas, as mudanças climáticas têm efeitos negativos sobre os corpos doces, corrompendo o sistema de abastecimento. Se houver continuidade no ritmo de degradação em que se encontra, o sistema de água doce deve sofrer danos significativos, causando uma disfunção na distribuição de mesma.

As mudanças climáticas não deveriam ser encaradas como definitivas, porém o que se tem observado nos discursos dispostos é que a população de forma geral deve se adaptar ao novo modelo climático (PACHAURI, *et al*, 2014), estes conceitos argumentam que as mudanças no clima são permanentes e que não há outro meio de enfrentamento, a não ser a adaptação. Esta premissa parte da ideia de que o planeta está em constante modificação, passando por fases que obrigam os seus habitantes a se adaptarem, ou então sucumbirem as novas transformações.

As mudanças no sistema são de ordem natural, mas também ocorrem por ações antrópicas e nesta perspectiva, temos várias ações que contribuíram e ainda contribuem para acelerar os processos. Desde os primórdios o planeta tem passado por várias transformações, mas na época atual, que foi denominada de antropoceno (KOLBERT,

2015) há um aumento significativo no número de efeitos que não estão exclusivamente ligados apenas as causas naturais, e para Da Costa Silva, De Paula (2009)

Grande parte da comunidade científica acredita que o aumento da concentração de poluentes antropogênicos na atmosfera é a causa principal do efeito estufa, conseqüentemente do aquecimento global. Independentemente de sua causa, o efeito estufa antrópico ou a recuperação natural do clima após três séculos (séculos XVII a XIX) de baixas temperaturas durante o período da “Pequena Idade do Gelo” tem ocasionado efeitos devastadores nos ecossistemas. (DA COSTA SILVA, DE PAULA, 2009 P. 49).

As ações antrópicas fazem com que o mundo sofra conseqüências negativas, e mudanças que ocorriam de forma gradativa, passam a acontecer de forma mais rápida, dando origem as grandes catástrofes que ultimamente tem se tornado cada vez mais frequentes.

Diante deste quadro, se espera que em poucos anos possa ocorrer um desequilíbrio de proporções gigantescas, e para Kolbert (2015) nos já vivemos a sexta extinção em massa, que está fazendo o sistema todo entrar em colapso, afetando o modo de vida como conhecemos hoje.

Lindoso (2009) relata que ação antrópica estaria então acelerando o processo de mudanças no planeta, e nesta perspectiva as mudanças climáticas ameaçam a própria sobrevivência da humanidade, as agressões as florestas as percas de áreas de terras cultiváveis, baixa incidência de chuvas e falta de água, desequilíbrio na cadeia alimentar, são alguns fatores que contribuiriam para este caos se completar. Valles, (2018), destaca ameaçando a produção camponesa de alimentos, e a soberania alimentar.

E inegável que precisamos de um modelo de agricultura que seja menos danoso ao ambiente natural e que respeite os modos de vida dos povos do campo e das florestas, nesse sentido destaca-se o papel da agricultura camponesa voltada para a produção de alimentos, mas pautada em princípios éticos e sustentáveis. (VALLES, 2018 Pg. 42).

As mudanças climáticas devem ser reconhecidas como um problema mais que atual, e um planejamento de ordem política e social deve ser pensado para que se possa formular meios de resistência e/ou mudanças no modelo de produção capitalista e predatório vigente.

Para Embrapa (2018) a representação das mudanças no clima na produção de alimentos, traz à tona diversos debates, e entre estes a questão da vulnerabilidade sociais ligados à agricultura, pois temos uma dependência do processo produtivo que

está fortemente ligado a qualidade do que é oferecido a população, que requer alimentos saudáveis, atendendo os anseios do consumidor final.

## **2.2 - O AGRONEGÓCIO E O NASCIMENTO DA MONOCULTURA COMO PREDADOR AMBIENTAL E SOCIAL.**

Quando pensamos na produção de alimentos, devemos nos inteirar de que o setor mais atingido pelas mudanças climáticas é a agricultura familiar camponesa, e este é um fato extremamente preocupante, haja vista que cerca de setenta por cento dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, provém da agricultura familiar, (BRASIL, 2016), enquanto os grandes latifúndios pautam sua produção na monocultura, aumentando a emissão de poluentes, amplificando exponencialmente o efeito estufa e causando mudanças no clima.

Diferente da produção camponesa, a monocultura que se baseia na sucessão de culturas, consome a maior parte da água potável e ainda polui e desmata indiscriminadamente, lançando no solo grandes quantidades agrotóxicos, causando a lixiviação de produtos nocivos à saúde humana e animal, (ZIMMERMANN, 2011), deteriorando no processo a microfauna do solo, levando-o à esterilidade, tornando o sistema de monocultura um perigo para o meio ambiente, causando problemas financeiros, sociais e ambientais, tornando-se um problema de ordem socioambiental.

Este sistema se mostra predatório, sendo considerado por muitos como uma forma obsoleta de produção, deste modo, deve ser repensado, pois está baseado no modelo agroexportador capitalista que está preocupado apenas com o dinheiro que será adquirido (SHUCK, RIBEIRO, 2015), não se importando com as consequências geradas, sejam elas sociais econômicas ou ambientais.

No processo de produção agrícola predatório microrganismos nocivos a várias espécies, sejam elas animais ou vegetais, são disseminados a cada novo ciclo agrícola, provocando o desequilíbrio na microfauna do solo, e promovendo o aparecimento de novas doenças e de superpragas.

Segundo Zimmermann (2011), alie-se a estes fatos o advento dos transgênicos que contribuem para o aparecimento de novos organismos mutantes e conseqüentemente aumentam os riscos de doenças nas populações, devido ao uso intensivo de agentes que promovem mais malefícios que benefícios.

Para entendermos como chegamos a este modelo de produção, devemos ter em mente que o sistema de produção agroexportador exercido no país, se origina com a

própria colonização, e se estendeu até o dia de hoje, consolidando-se no após a segunda guerra mundial, com a chamada revolução verde.

Andrades, Ganinmi, (2007) relatam que a revolução verde nasce com a ideologia de acabar com a fome no mundo, ganhando força e notoriedade em praticamente todo globo. Porém o que estava por detrás desta ideologia era muito mais que acabar com a fome, ou seja, este argumento foi usado para consolidar o conceito capitalista de agricultura como o objetivo da venda de pacotes tecnológicos voltados para o campo.

Para os autores, uma visão mais conceitual da revolução verde é que o pacote tecnológico divulgado tinha o papel fundamental de aumentar exponencialmente a produção agrícola, beneficiando a curto prazo países que tivessem mais necessidade de produção de alimentos, ou seja, os chamados países em desenvolvimento. Mas revolução verde não traz consigo o que promete e acaba por gerar muito mais problemas que benefícios. Estes problemas se estenderam desde o âmbito ambiental até o social.

Mais explicitamente a revolução verde, é a porta de entrada para o modelo agroexportador, alimentando a ideologia de que com a inserção do agroquímicos nas lavouras, haveria um maior rendimento capital, e nas palavras de Andrades, Ganinmi, (2007).

Nesse sentido, vai ser possível perceber as reais intenções da grande empresa na modernização da agricultura: a maximização do lucro, por meio da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado; e a aquisição de *royalty*, por intermédio dos pacotes tecnológicos. Assim criaria um círculo de dependência para o agricultor que só conseguiria os pacotes tecnológicos produzidos pelas transnacionais. Acredita-se que a discussão acerca da lógica capitalista é de veemente relevância para uma melhor compreensão da questão. (ANDRADES, GANINMI, 2007 P. 44).

Com final da segunda guerra mundial, as grandes indústrias que se beneficiavam da guerra se viram com um problema: para quem vender o que produziam? Esta questão os levou a voltar seu olhar para o campo agrícola, pois seus produtos poderiam atender os anseios dos agricultores, que até então ainda não tinham acesso a tecnologias tão avançadas.

Para Zamberlam, Froncheti (2001), as premissas defendidas na revolução verde têm aspectos que defendem notoriamente o uso de componentes químicos no campo,

a modernização da mão de obra por meio da mecanização e do maquinário oferecido aos produtores, e plantas derivadas da manipulação genética.

A tecnologia oferecida pela revolução verde estava composta por uma série de produtos que eram atraentes para o produtor. Ele era formado por uma série de produtos que não estavam restritos apenas aos químicos e insumos, agrotóxicos, ou máquinas, além disso havia ainda ofertas financeiras, que prometiam melhorar muito a vida de seus usuários.

Estes fatores deram início a consolidação dos grandes latifúndios que já vinham se fortalecendo desde os tempos da colônia. Para Szmrecsányi, (1990) e Verges, (2017) este fato tem fomentado os conflitos pela terra num âmbito nacional e dando origem a vertentes de luta por territorialidade e, distinguindo de forma bem definida o campesinato do latifúndio e do agronegócio.

Especificamente no Brasil a modernização do campo trouxe consequências negativas para o campesinato, pois ela foi instalada no país justamente no início da ditadura militar, gerando discussões sobre como se trabalharia este novo conceito visando o aumento da produtividade. Para Andrade, Ganinmi, (2007) o regime imposto pelos militares deu prioridade para os grandes latifúndios, mantendo uma postura conservadora em relação ao que se esperava, que era a consolidação de uma reforma agrária justa para os/as camponeses/as.

(...) sem nenhuma surpresa, o Governo Militar adotaria a opção de manter a estrutura do latifúndio e assumiria as bases do modelo da Revolução Verde, via pacotes. (...) o latifúndio não é a única variável a ser analisada para admitir que o campo está marcado por um processo de modernização na medida em que, apesar de existir um relativo aumento no número de estabelecimentos que consumiram insumos, este número não é maior do que aqueles que não fizeram uso de tais insumos no país (...) (ANDRADES, GANINMI, 2007 P. 48).

A revolução verde, é então o primeiro passo para o que denomino de monocultura predatória, que se baseia na monocultura e no uso exacerbado de agrotóxicos e insumos. Neste contexto, é consolidada a monocultura baseada na sucessão de culturas que hoje são basicamente três (soja, milho algodão).

Este fator faz com que haja o primeiro tipo de predação, a ligada ao ambiente, ou seja, o uso intensivo de agrotóxicos, faz com que seja afetado a fauna e a flora de modo geral, causando deterioração do solo, contaminando os lençóis freáticos,

extinguindo animais e microrganismos importantes que equilibram e mantem a sanidade do sistema ambiental.

Aliada a agropecuária extensiva, baseada na criação de animais para o mercado agroexportador e aos transgênicos, a predação do sistema se mostra preocupante, uma vez que não há uma preocupação com o que ocorre no meio ambiente, e sim com o capital e com os lucros que são gerados (SCHUCK, RIBEIRO, 2015; ZAMBERLAM, FRONCHETI 2001; ANDRADES, GANINMI, 2007).

Neste contexto, tanto a monocultura como a agropecuária extensiva, são responsáveis pela perda de biodiversidade, aniquilando grandes extensões de mata nativa, para produção de grãos, que são a base da ração animal ou plantação de pastagens e, muitas vezes, quando o solo não oferece mais opção da produção de nenhum dos anteriores, são substituídos por plantações de eucalipto transgênicos ou similares.

O desenvolvimento da agricultura, porém, teve seus custos – e talvez um dos maiores seja o uso de grande extensão de terra. A agricultura já devastou ou transformou 70% dos campos e pradarias, 50% das savanas, 45% das florestas temperadas e 27% das florestas tropicais. Além da destruição de habitats, outros fatores somam-se aos impactos do setor, como a perda de biodiversidade, a alteração dos solos, o uso maciço e ineficiente de água, a contaminação ambiental pelo escoamento de fertilizantes, herbicidas, pesticidas e outros aditivos e a perda de estoques de carbono pelo desmatamento. (SCHUCK, RIBEIRO, 2015 P. 10).

Neste aspecto, podemos dizer que o modelo de agricultura baseado na monocultura e no modelo agroexportador, não tem mais como se sustentar, o planeta está no limite, e as mudanças provocadas no sistema estão afetando não somente a fauna e a flora, mas também são responsáveis pelas mudanças climáticas. A produção capitalista, baseada na agricultura industrializada e na modernização da agricultura, agrava e aumenta ainda mais a predação do planeta (ANDRADES, GANINMI, 2007).

Frente a estes argumentos, entendo que o problema não se resume apenas as degradações ambientais, no quesito social este sistema se torna um dos maiores causadores de problemas socioambientais desta forma a agricultura praticada nos moldes da revolução verde, é sim predatória, quando observamos seus efeitos na sociedade, principalmente no que se refere ao campesinato.

Ao propor uma agricultura científica globalizada, Santos deixa esclarecida a lógica de uma agricultura sob os dogmas de uma globalização excludente em que a competitividade é levada ao extremo. Essa é fruto da “racionalidade” neoliberal formada por empresas hegemônicas e é concebida como um pensamento único, tido como verdade, (...) Numa

agricultura globalizada em que a produção se dá em escala global por meio das empresas hegemônicas que buscam, incessantemente, o lucro, a competitividade reflete uma luta desigual na qual aquelas que não conseguem obter a mais-valia maior estão fadadas à falência e tal mais-valia consiste, segundo o pensamento miltoniano, no motor único da globalização perversa. (ANDRADES, GANINMI, 2007 P. 49/50)

O modelo agrícola proposto pela revolução verde, inserida nos campos brasileiros traz consigo uma série de problemas sociais, ela acaba por fazer com que os/as camponeses/as sejam excluídos do modelo, endividando-o e promovendo a perda de suas terras. Este fator fez com que houvesse um abandono do campo pelos/as camponeses/as, fortalecendo o latifúndio, que agora tinha crescimento garantido pela aquisição de suas terras.

Estes fatos contribuíram exponencialmente para as degradações ambientais que por sua vez contribuem para o aumento da temperatura do planeta e para as mudanças climáticas. Toneladas de gases nocivos (entre eles o CO<sub>2</sub>), dejetos e agrotóxicos foram lançados no sistema desde o início da revolução verde, (SCHUCK, RIBEIRO, 2015), com efeito cumulativo somando-se ao crescimento populacional, o problema tem se tornado uma bomba relógio no que diz respeito ao meio ambiente e ao clima.

Os investimentos em maquinários cresceram, e a substituição da mão de obra camponesa por elas logo se tornou notória. Segundo Lazzari, Souza, (2017) o que ocorreu foi que não houve avanço significativo na produção de alimentos, pois a produção era para exportação, e o êxodo rural consolidou de vez o latifúndio e superlotou as cidades, despejando literalmente os/as camponeses/as na pobreza e na miséria.

Diante deste fato, há uma perda da diversidade na produção de alimentos que foi substituída pela monocultura de exportação. As sementes originais, denominadas crioulas, são rapidamente substituídas por sementes manipuladas geneticamente, o que acarretou uma perda gigantesca para os/as camponeses/as que agora não podiam produzir suas próprias sementes e ficaram à mercê das grandes multinacionais.

Valles, (2018) alerta que outro fator que merece toda atenção é a questão da segurança alimentar, antes conceituada como uma questão de segurança para as nações, principalmente em uma ocasião de guerra, tem suas premissas com o passar dos anos reformulada a partir dos anos 1970, e a deste ponto em diante, passa a ser



ligada a produção agrícola e mais tarde a distribuição de renda desigual e a má nutrição.

Toda a herança deixada pela revolução verde, foi perpetuada e exponencialmente multiplicada durante anos, fazendo da agricultura industrializada, um monstro que praticamente devorou todo sistema primário agrícola do mundo. os/as camponeses/as e sua produção, foram então os mais atingidos, pois a exclusão, a fome e a desigualdade social, consolidando de forma definitiva a forma capitalista de produção (LAZARRI, SOUZA, 2017), tirando o direito a uma alimentação saudável, gerando a insegurança alimentar e com o uso exacerbado de agrotóxicos tem causando doenças nas populações, aumentando a incidências de câncer, atingindo a população de forma geral (PIGNATI, *et al* 2017).

O primeiro tipo de predação acontece no sistema ambiental como um todo, podemos observar em uma análise rápida dos fatos, que a revolução verde, torna a agricultura tradicional que já tinha uma tendência a ser excludente, em uma agricultura industrializada, baseada no modelo agroexportador capitalista, que se expande da produção de grãos até a criação de animais para o abate, dando ênfase a monocultura de sucessão, e desta forma se mostra altamente predatória para o ecossistema de uma forma geral, provocando desequilíbrio em escala global.(SCHUCK, RIBEIRO, 2015; ZIMMERMANN, 2011; LAZARRI, SOUZA, 20017; VALLES, 2018).

Os impactos ambientais, econômicos e sociais acarretados pela modernização da agricultura baseiam-se no uso intensivo dos pacotes tecnológicos, na mecanização do trabalho, na união entre agricultura e indústria, na seleção das espécies, na monocultura, no latifúndio e no consumismo desmedido, principalmente dos países desenvolvidos. Com relação à questão ambiental, pode-se destacar a erosão genética como sendo um dos processos de degradação provocado pela seleção das espécies e pelo desmatamento. O processo de modernização na agricultura acentuou a extinção de espécies, tanto animais, quanto vegetais, por ter se dedicado a produtos, economicamente mais rentáveis. Estimativas realizadas pelo *Worldwatch Institute USA*, mostram que a erosão genética, hoje, é de uma espécie a cada hora. (ANDRADES, GANIMI, 2007, P.50).

O segundo tipo de predação se consolida no fator social, começando pela expulsão dos/as camponeses/as provocando o êxodo rural, superlotando as cidades, aumentando os índices de criminalidade, pobreza e miséria LAZARRI, SOUZA, 2017). Com a expulsão dos/as camponeses/as de suas terras, perde-se a diversificação de culturas, e o conhecimento adquirido por gerações é abandonada.

Abre-se caminho para insegurança alimentar e o que se era produzido de forma saudável do lugar para alimentos produzidos a partir de plantas transgênicas com alto teor de agrotóxicos, que ameaça a saúde de quem o consome, causando injustiças sociais e ambientais (ZIMMERMANN, 2011; BRAUNER, GRAFF, 2015, PIGNATI, *et al* 2017).

A retórica de garantir o direito à alimentação, não passa de uma justificativa para empregar o modelo de produção “alimentar” que não tem nenhuma preocupação com o social, menos ainda com o ambiental, é um modelo que visa apenas o lucro e não mede consequências para obtê-lo. A agricultura industrial não tem na sua essência o objetivo de solucionar o problema da fome (produção de alimentos), pois segue a lógica do mercado internacional que se pauta na acumulação de riqueza e consequentemente, no que atrai mais lucro, um exemplo é a destinação de grandes áreas agricultáveis para produção de ração e biodiesel, além do comércio de *commodities*. (VALLES, 2018, P. 38).

O fato é que temos todo um contexto histórico que abona a premissa de uma monocultura predatória baseada na monocultura e no mercado agroexportador, que tem se mostrado um problema não apenas para os/as camponeses/as brasileiros, mas em sua atual conjuntura, para todos os/as camponeses/as do mundo, uma vez que além de causar problemas sociais, agride o meio ambiente ao ponto de atingir o clima do planeta.

### **2.3 - MST – DO DIREITO À TERRA AO ENFRENTAMENTO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.**

A revolução verde, dá início a agricultura industrializada e aos problemas sociais mais recentes, porém a exclusão propriamente dita dos/as camponeses/as, não é nova, ela começa nos primórdios da colonização do país (ZAMBERLAM, FRONCHETI, 2001), quando o sistema agrícola primário foi implantado, começando com o cultivo da cana de açúcar para exportação para Portugal, este são então os primórdios da agricultura de exportação.

Embora parte da produção agrícola ficasse retida para manutenção da propriedade, uma parte do que se produzia era exportado para coroa portuguesa. Este modelo foi repassado da produção de uma cultura para outra. A priori, a agricultura exercida no começo da colonização era de subsistência, (SZMRECSÁNYI, 1990,) pois a produção das lavouras era quase que exclusivamente para manter a propriedade, e pouco era exportado para fora do país, e o restante era comercializado dentro da própria colônia.

Neste contexto podemos ter uma ideia de como era a agricultura em seus primórdios aqui no Brasil, desde sua concepção até aos dias atuais. O que nos chama a atenção diante destes fatos é que durante este período, transformações nos campos, não estavam correlacionados apenas a fatores tecnológicos ou a mudanças no que era cultivado, está ligada também a questões políticas.

A luta por direitos e exploração de terras pelos/as camponeses/as começa então a ganhar consistência. Com a abolição da escravatura, os negros passam a ser considerados como os primeiros/as camponeses/as a serem excluídos dos campos.

(...) logo após a promulgação da Lei Aurea, a ordem foi rapidamente estabelecida, e os antigos escravos foram, mais que depressa, abandonados a sua própria sorte. Alguns deles continuaram a trabalhar na enxada, em um estilo de vida que não se diferenciava muito do anterior, muitos migraram para os centros urbanos, povoando suas favelas e mocambo; enquanto outros se limitaram a mudar de áreas rurais, regredindo a uma economia de simples subsistência. As melhores oportunidades de emprego e de ascensão social continuaram reservadas, tanto no campo como na cidade, aos trabalhadores imigrantes (...) (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 39).

Anterior aos anos trinta, os trabalhadores rurais, mesmo os que tinham direitos legais sobre a terra, sofriam com a falta de proteção do estado, devido à rígida estrutura dos latifúndios, ou seja, os caminhos que levavam a posse da terra eram dificultosos,

e os grandes produtores determinavam como a produção era comercializada, defendendo os seus interesses, e amparados pelas leis das terras de 1850 (SZMRECSÁNYI, 1990, P 93).

O modelo patronal de exploração agrícola, perdura praticamente até os dias atuais, mesmo com a atual conjuntura das políticas públicas, temos os resquícios da época da colonização, ou seja, a exploração da mão de obra, e a detenção da maior parte da riqueza do país nas mãos de poucos privilegiados.

A luta pela terra não está condicionada apenas à posse, a questão é bem mais profunda que imaginamos, ela representa toda uma resistência ao modelo patronal existente, Szmrecsányi (1990) relata que os aspectos econômicos são importantes para impulsionar o país, mas a exploração da mão de obra, a retenção das terras produtivas são também um problema que tem se agravado durante os anos.

Ainda segundo Szmrecsányi (1990) o objetivo principal da lei de terras, era garantir que não faltasse mão de obra para os grandes latifundiários da época, ou seja para se manter, os grandes latifúndios necessitavam de uma mão de obra que fosse barata e acessível, pois sua produção estava voltada para a agroexportação. Porém a importância econômica da agricultura somente teve relevância a partir do momento em que houve a independência política do País.

O autor tem como ideia principal análise do contexto evolucionário econômico da agricultura, porém não deixa de nos propiciar um relato detalhado de como o grande latifúndio, se apoderou das terras, e fez do agronegócio e do modelo agroexportador, este predador que temos hoje.

Somos apresentados também, ao contexto histórico de como nasce a disparidade entre as classes, começando com a abolição da escravatura, que se torna o primeiro tipo de exclusão social que conhecemos.

Os escravos estavam livres, porém eram discriminados e não tinham recursos para se manter ou adquirir suas próprias terras, o que levou alguns a retornarem a seus campos de origem e se sujeitarem a escravidão novamente, outros se reuniram e formaram quilombos, o que se torna a primeira forma de resistência as grandes propriedades e os latifúndios fortalecendo a sua identidade de território, e para Schmitt *et all* (2002) isto é

Um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma

continuidade desse mesmo processo. A identidade de negro é colocada como uma relação de diferença calcada na subalternidade e na diferença de classes. (...) ao relacionar identidade e questões de poder, nos lembra que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se necessariamente em posição de carência e subordinação. (SCHMITT *et all* 2002, P. 05).

Livres, porém sem dinheiro suficiente para comprar terras, são excluídos e marginalizados pela sociedade branca, que busca nos imigrantes a nova força de trabalho, visando a substituição a mão de obra escrava recém abolida. Os denominados trabalhadores livres, porém, não tinham dinheiro para compra das terras e assim ficaram, como os escravos a mercê dos grandes proprietários e da lei de terras de 1850.

Foi somente com a abolição da escravatura que se apresentou a possibilidade de uma alternativa camponesa. Entretanto, esta via foi juridicamente bloqueada pela *Lei de Terras* de 1850, fazendo o acesso à terra depender da sua compra. Isto excluiu os ex-escravos do Nordeste, que se viram forçados a migrar para as plantações de café, no Sul. É no contexto desta situação de pós-escravidão que o debate “clássico” brasileiro sobre o campesinato ganha seu significado, sendo caracterizado essencialmente por interpretações conflitantes a respeito dos novos sistemas de parceria e arrendamento que emergiram no contexto pós escravatura, e que têm continuado, com peso decrescente, até os dias atuais. (Wilkinson, 1990, P.60).

Desta forma, os trabalhadores rurais estavam sempre endividados, e da sua produção, a maior parte ficava com o dono das terras. A abolição também gerou um grande êxodo dos negros, que agora eram livres, abandonaram as fazendas, e o fluxo de colonos imigrantes de outros países aumentou exponencialmente (SZMRECSÁNYI,1990), servindo como substituto da mão de obra dos escravos e dos denominados trabalhadores livres, que não quiseram se submeter aos caprichos dos patrões, que continuavam a ser tratados como se fossem escravos.

O mesmo ocorreu mais tarde com os imigrantes, gerando protestos da classe, contribuindo ainda mais para que a concentração latifundiária continuasse, e a reivindicação de terras crescesse ainda mais (WILKINSON, 1990). Este relato histórico nos revela como surgiu e como o sistema de patronato ganhou forças e se mantém até os dias de hoje, não se diferenciando muito daquela época, os trabalhadores rurais atuais ainda sofrem com os baixos salário a discriminação e não tem acesso à terra.

Diante deste contexto histórico podemos notar que a luta pela terra se inicia praticamente logo após a colonização, todos os adventos ocorridos no campo, são primórdios da formação dos grandes latifúndios, que escravizaram, reprimiram,

excluíram e marginalizaram as minorias, começando pelos negros e repassando para todo as outras classes camponesas, e consolidando-se como um problema social e político, que perdura até os dias de hoje.

Embora esta herança colonialista ainda assombre e permeie nossa sociedade até os dias de hoje, a algumas décadas, vemos o alvorecer de novas ideias, e após o golpe militar de 64, a luta pela terra se intensifica e da origem a novas formas de resistência a este sistema de agroexportação predatório.

No final dos anos 1970, surge no Rio grande do Sul o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (que como disse, revolucionou e revoluciona até os dias de hoje a luta pela terra), consolidando-se como movimento de reivindicação, no ano de 1984 na cidade de Cascavel no Paraná, (CALDART, 2000, COELHO, BORELLI, 1991), com suas premissas motivadas pelo desejo de mudança do modelo econômico agrícola vigente, que exclui o pequeno agricultor e protege os grandes latifúndios.

Na entrevista com João Pedro Stedile, (COELHO E BORELLI, 1991), contempla-se as premissas que levaram ao nascimento do MST como movimento político e social. Stedile relata aos repórteres detalhes de acontecimentos que o encaminharam a militância e a organização de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, formando nos trabalhadores um processo de conscientização de seus valores como pessoas e como trabalhadores.

Inspirado por uma reapropriação de terras feita por indígenas na reserva Nonai, localizada no estado, tomou parte da causa dos agricultores que haviam sido expulsos das terras indígenas, e por meio de reuniões organizou com estes agricultores um movimento de reivindicação de terras devolutas ocupadas por latifundiários de forma ilegal.

Logo a mídia começou a denominar os trabalhadores rurais reivindicadores de sem-terra, e daí surge a gênese da denominação usada até hoje pelo movimento, e com a ocupação de duas Granjas (Macali e Brilhante), ocorre o primeiro assentamento com famílias que haviam sido expulsas das terras indígenas (COELHO, BORELLI, 1991).

Diante deste fato o MST, se consolida de suma importância na luta pela terra, também se consolida uma importante força política, sendo vista e se consolidando como modelo de desenvolvimento, tanto social como agrário. As premissas que

impelem a militância no MST são ligadas principalmente a questão social, geralmente quem faz parte do movimento são pessoas provenientes do campo, ou seja, que deixaram a vida de camponeses/as e agora tentam a vida na cidade, mas almejam o retorno a suas origens, também há no meio, outros que embora não tenham origem camponesa, mas veem na luta uma forma de alcançar uma sociedade melhor, apoiando o compromisso e ideais que formaram originalmente o movimento.

A ideologia fundamentada no movimento influencia a sociedade como um todo, pois temos de um lado o modelo capitalista e predatório de produção, onde a monocultura impera com seu modelo de exportação, (passando a imagem de salvadora do país, que produz alimentos, que gera riquezas, quando na verdade, marginaliza e tenta a todo custo desmerecer a produção camponesa, tratando a reforma agrária e quem luta por ela, como desocupados e sem perspectiva de futuro). Contrariando esta ideia, o MST luta por uma reforma agrária justa, livre do jugo da monocultura, do uso exacerbado de agrotóxicos, na perspectiva de uma produção de alimentos livre de químicos, com a ideia fixa de podemos produzir de forma agroecológica.

Dentro deste contexto os movimentos sociais têm demonstrado que é possível pensar em uma sociedade mais igualitária justa e que tenha em suas premissas, justamente o que falta no atual modelo social vigente, ou seja, as discrepâncias sociais que vivemos, nos torna cada vez mais vítimas das incoerências sociais, ambientais e políticas que, queiramos ou não, são as fontes que produzem as leis que regem o sistema em que estamos inseridos.

Os movimentos sociais camponeses/as, entram neste cenário com propostas que visam várias alternativas, que vão desde adaptações aos fatores climáticos até formas de resistência, que incluem se opor ao atual sistema para que este mude.

Primeiro temos que entender que os movimentos sociais ligados ao campo, são em sua maioria, um grito de alerta para as disparidades que o sistema capitalismo impõe no cenário brasileiro atual. Neste cenário os agricultores familiares camponeses/as, por meio de várias lutas sociais têm conseguido denunciar as injustiças que vem sofrendo ao longo dos anos, que os têm excluído, e mantido longe da terra

Fabbrini, (2008), relata que os movimentos, são então, a forma de reivindicar o retorno a terra daqueles que foram prejudicados pela chamada modernização da agricultura no Brasil. Os movimentos trabalham com a premissa de que a forma de

economia capitalista é sim excludente que dissemina a desigualdade social, e se diferencia muito da produção camponesa, que não é baseada na monocultura.

O MST surge neste cenário como um movimento que exprime o descontentamento com o modelo capitalista hegemônico buscando reorganizar os/as camponeses/as na luta por uma reforma agrária popular<sup>3</sup> que retorne-os as suas origens. Com esta organização o MST busca nas lutas, se opor a todos os ideais capitalista de opressão e exclusão de classes, demonstrando para a sociedade que os/as camponeses/as são vítimas de exclusão do modelo agrícola vigente (FABRINI, 2008; STEDILE, FERNANDES, 2005).

Destacando-se nas lutas sociais camponesas o movimento tem como diferencial que, enquanto os outros movimentos estão mais envolvidos apenas com a aquisição e conquista da terra, o MST traz em sua pauta mais que o almejo pela terra (FABRINE 2008; FERNANDES, 2008; RUBBO, 2010), mas uma ideia de uma reforma agrária popular que possa representar um avanço social, e desenvolver mudanças no cenário nacional, estas lutas se estendem em vários seguimentos, tanto políticos quanto sociais, e entre eles estão pautados temas como as mudanças climáticas .

Desta forma o trabalho desenvolvido pelo MST, por meio dos/as camponeses/as, tem demonstrado características que fortalecem e consolidam a luta dos/as camponeses/as brasileiros, identificando-os/as como classe social, denunciando as desigualdades, e por vezes fazendo enfrentamentos, que dão ao movimento identidade, buscando soluções para os entraves que impedem a reforma agrária no país, criando meios para o enfrentamento as adversidades que surgem, não somente locais, mas em escalas que ultrapassam as fronteiras nacionais, aliando-se a luta de outros agricultores pelo mundo, dando origem a Via Campesina (NIEMEYER, 2007; FABRINI, 2008; RUBBO, 2010).

Para Fabrini, (2008); Verges (2017), com o surgimento da Via Campesina, há uma aproximação dos movimentos sociais a nível mundial, cada movimento agora

---

<sup>3</sup> \*Consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constitui uma aliança entre governos, de natureza popular, nacionalista e os camponeses, destes processos resultaram as leis de Reforma Agrária progressistas, populares, aplicadas combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses. (DICCIONARIO DA EDUCACÃO DO CAMPO, p.660)



tinha como se comunicar com outros, compartilhando informações, e fortalecendo assim seus ideais de luta, e a partir daí formularam táticas de luta relacionadas ao campo.

Verges (2017), destaca que a Via Campesina permitiu que os pequenos agricultores formassem uma organização de nível global, trazendo a mesas de discussões vários assuntos relacionados ao campo e aos/as camponeses/as, demonstrando que embora haja diferenças entre as origens culturais de cada nação, seus ideais e objetivos ainda são os mesmos, ou seja, buscam ações que visam combater o modelo capitalista hegemônico.

Assuntos relacionados a soberania alimentar são amplamente discutidos, pois sabe-se que a maior parte do que se consome na mesa dos cidadãos, são provenientes da agricultura familiar (VIEIRA, 2008). Neste sentido, a Via Campesina defende que cada nação tenha suas próprias políticas sobre como e onde produzir, e que todos tenham igual direito a se alimentar e a produzir seu próprio alimento.

Contraditório ao modelo proposto pelas grandes multinacionais, que estão interessadas em monopolizar a produção agrícola, a produção de alimentos saudáveis praticadas pelos/as camponeses/as, busca valorizar os aspectos da região na qual está inserida (VIEIRA, 2008; FERNANDES, 2008), ou seja, a sua produção é voltada para abastecer a população local, fortalecendo os comércios e ao mesmo tempo sendo uma forma de resistência ao modelo comercial de exportação.

Na bandeira do MST, estão inseridas ideologias ligadas a várias questões, como inclusão, gênero, (representada pela ação da mulher do campo), étnica, social, política, pela reforma agrária, pela soberania alimentar, que buscam combater os vários tipos de exclusão presentes na sociedade, (RUBBO, 2010; FERNANDES, 2008, COMPARATO, 2001), faz do MST referência organizacional no Brasil e no mundo.

Rubbo, (2010) destaca que o MST passa então a se destacar juntamente com a Via Campesina, tornando-se modelo de luta para camponeses/as de outros países, sua ideologia, ação política e social, são tidos como exemplos, pois se opõe aos ideais propostos pelo modelo capitalista excludente. Desta forma o campesinato toma forma a nível mundial tendo o MST, em muitos lugares, como sua principal inspiração.

Dentre as discussões destes movimentos não podemos deixar de destacar que, as discussões referentes as mudanças climáticas são de suma importância para que se possa entender como os/as camponeses/as são afetados por este fenômeno.

Para Via Campesina, deve-se combater as desigualdades sociais, denunciando-se as práticas abusivas cometidas ao redor do mundo (LA VIA CAMPESINA, 2014; VERGES 2017), e assim como o MST, eles afirmam que o êxodo rural é fruto do atual modelo de agricultura vigente, que remonta aos primórdios da revolução verde, que causou a expulsão dos/as camponeses/as e hoje é uma das principais causadoras das mudanças climáticas.

Deste modo, a modernização da agricultura trouxe consigo, mais problemas que soluções, reforçando as emissões de gases na atmosfera, desmatando indiscriminadamente, aumentando a queima de combustíveis fósseis e aliado ao aumento da produção agropecuária para criação de animais para abate causa, além das mudanças climáticas, injustiças ambientais e sociais (VERGES, 2017; LA VIA CAMPESINA 2014; ACSELRAD, 2009; SCHUCK, RIBEIRO, 2015).

Mais especificamente, o MST tem reforçado abertamente nos encontros sobre mudanças climáticas que o grande causador do aumento do fenômeno é sem dúvida o agronegócio, e deve ser confrontado, (VERGES, 2017; MST, 2014), pois fomenta o aquecimento global, causando além de problemas no ecossistema, desigualdades socioambientais.

Historicamente, o movimento prioriza a agricultura familiar camponesa, manifestando-se a favor de um modelo de agricultura sustentável, pois os desmatamentos ocorridos em toda extensão do território nacional estão causando uma enorme perda de biodiversidade e quando aliada a pecuária extensiva e ao uso exacerbado de agrotóxicos, além de contribuir com o aquecimento global, está causando a contaminação de recursos naturais, principalmente as reservas de água doce existentes no país (STEDILE, FERNANDES, 2005; ANDRADES, GANIMI, 2007; MST, 2014; SCHUCK, RIBEIRO, 2015; VERGES, 2017).

O que se pode observar é que o MST não se mantém indiferente às mudanças climáticas, assim como a Via Campesina, busca formas de combater o fenômeno, visando ao mesmo tempo um retorno dos/as camponeses/as suas premissas, e propondo que se mude o atual sistema de produção.

Isto fica exposto por meio de suas publicações, pois as principais lideranças do movimento têm se mostrado cada vez mais preocupados com as mudanças que o clima vem sofrendo, e de um modo geral, tem havido um consenso entre os movimentos sociais atuantes no mundo.

Neste sentido tem-se proposto mudanças radicais no modelo de produção atual, deve-se então fazer uma transposição do modelo agroexportador, (CHANDRASEKARAN; DRAGO, 2014) para um modelo sustentável, que tenha um impacto mínimo, o movimento propõe o sistema de produção agroecológico e a soberania alimentar.

O movimento então defende que a reforma agrária tem que ter um papel social efetivo, ou seja, as terras destinadas a este fim tem que atender os anseios de quem venha a ser assentado nela, tem que ter boa produtividade, sua utilização ser racional (MST, 2018), e neste quesito, os/as camponeses/as devem ter uma visão de preservação dos recursos naturais nela presentes, devem ser utilizadas com responsabilidade.

Na Constituição Federal de 1988, a terra está ligada a uma missão especial. O documento elenca cinco critérios para que uma propriedade cumpra sua função social: que seja produtiva; que seus recursos naturais sejam utilizados de forma racional e adequada; que haja compromisso com a preservação do meio ambiente; e que proporcione o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Sendo a terra um bem dado a todos e devendo cumprir sua função de garantia do bem de todos, deve ser repartida. (MST/CPT, 2016 2015).

Assim a reforma agrária popular se consolida como proposta que permeia os vários segmentos do MST, estando ligado a permanência dos/as camponeses/as a terra, e nos vários encontros realizados, a discussões específicas sobre o que representa, por exemplo, a permanência do jovem no campo, e do papel importantíssimo da mulher camponesa.

A reforma agrária popular é para o MST, uma bandeira que representa o que há de melhor no social, é a forma dos/as camponeses/as garantirem seus direitos como cidadãos/ãs, e vai além de simplesmente distribuir terras. Para o movimento, a ideologia está ligada a uma relação de reciprocidade dos/as camponeses/as com a terra, e isto, por sua vez está ligado a permanência dele no campo.

Neste quesito, o MST luta contra o modelo agrícola capitalista que praticamente tem sufocado a agricultura familiar camponesa, levando muitas famílias a

abandonarem o campo. Com a reforma agrária popular consolidada, seria possível instalar no campo um novo modelo de produção, livre dos grilhões do agronegócio e da monocultura e com uma visão agroecológica e com diversificação na produção.

A Reforma Agrária Popular norteia a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio. E propõe como alternativa um modelo de produção baseado em uma matriz de produção agroecológica, para a produção de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agro industrialização do campo e o desenvolvimento do País. (ENGELMANN, 2016)

Busca-se deste modo, na reforma agrária popular a mudança do paradigma de que o agronegócio reina supremo, temos que desmistificar e lutar contra o modelo de agricultura predatório que temos hoje, para Ênio Bohnenberger, (MST,2018), a agro industrialização do campo traz consigo a segregação social e para o movimento, a conquista da terra está ligada ao resgate da dignidade humana do camponeses/as.

O MST participa então, de várias lutas sociais, que buscam soluções para desigualdade social, racial, de gênero e da exploração das classes trabalhadoras pelas ditas “superiores” (CALDART, PALUDO, 2006), participando de organizações, que por meio de eventos e mobilização das classes trabalhadoras, tentam consolidar a ideia da sociedade mais justa.

O movimento traz também em suas premissas, as ideias do direito igualitário, para que sejam respeitados os direitos de todos os seus integrantes sendo que estes fatores independem de idade, cor, ou escolha sexual. Coelho, Borelli (1991) complementam que, respeitando estes direitos básicos, passa-se então, ao reconhecimento de que a igualdade é possível dentro da sociedade, não estando relacionada ao poder aquisitivo ou de bens (embora haja o sonho da realização financeiramente, no princípio há uma preocupação maior com a subsistência e permanência na terra).

Toda esta luta pela terra e por direitos sociais, firma a identidade do MST como movimento social, pois promover o retorno dos/as camponeses/as às suas origens, significa a consolidação de toda uma trajetória, que começa com pequenas reuniões, e logo depois se tonam acampamentos. Independentemente do tempo que passaram acampados, (há relatos de pessoas no assentamento Egídio Bruneto, que ficaram acampadas por mais de dez anos) significa que

Os Assentamentos, para estas famílias, significam a realização de um sonho e os resultados de um longo processo de luta e resistência. É a partir desse momento que as terras são adquiridas começando assim um novo processo de luta e persistência, pois a conquista da terra é apenas um dos primeiros passos, agora estas famílias começaram a lutar pela consolidação de uma agricultura familiar camponesa, no qual serão gerados os alimentos para subsistência, venda de excedentes e geração de renda no campo. O assentamento é o lugar onde ocorreu a conquista da terra com esforço dos trabalhadores/as, lugar no qual eles/as irão: trabalhar, construir sonhos, buscar a educação, gerar oportunidades. (DAVID, SOUZA, 2018 Pg. 13/14).

Para o MST, a concretização de um assentamento é então a realização física do sonho dos/as camponeses/as, de que poderão produzir alimentos para subsistência e para população da região em que foi concretizado, mudando desta forma os aspectos sociais e econômicos locais.

Mesmo com projeções desastrosas para os próximos anos, o agronegócio insiste em tentar dizer que não há mudanças climáticas, porém que ocorrerá nos próximos anos é um decréscimo na produção agrícola, devido ao desequilíbrio climatológico que se faz iminente. Desta forma, mesmo as culturas que são essenciais para o agronegócio (soja, milho, algodão), serão atingidas, tendo suas produções afetadas (ACSELRAD, 2009; EMBRAPA, 2018, PACHAURI *et al*, 2014).

## **METODOLOGIA**

### **OS CAMINHO PERCORRIDOS**

A pesquisa foi realizada no assentamento do MST, denominado Egídio Bruneto, localizado nos municípios de Juscimeira e Jaciara, no estado de Mato Grosso, entre os meses de outubro de 2017 e agosto de 2018. O assentamento Egídio Bruneto se originou de um acampamento denominado Mutum, (DAVID, SOUZA, 2018), que se instalou nas proximidades da cidade de Dom Aquino - MT, mais precisamente estava alocado às margens da rodovia MT 344, logo após a cidade e no sentido à cidade de Campo Verde – MT.

Como método de pesquisa adotei o estudo de caso<sup>4</sup>, de cunho participativo, pelo fato de que é necessário que haja a interação do pesquisador com a comunidade pesquisada, (GIL, 2002; BRANDÃO, 1984), promovendo a aproximação entre as partes. Este método tem em comum a caracterização do contato direto do sujeito que pesquisa com o sujeito pesquisado promovendo o contato direto com a comunidade a ser pesquisada (GIL, 2002).

A aproximação conduz o pesquisador a uma visão diferenciada da pesquisa como um todo, desenvolvendo uma relação entre as partes, sendo necessário que o pesquisador se envolva com a comunidade pesquisada, a interação entre as partes deve ser de igual para igual, ou seja, entra-se no mundo dos sujeitos pesquisados, para que se possa nascer uma reciprocidade, sem esquecermos que uma comunidade tem seus costumes, valores e tradições.

Deste modo a inserção dentro do assentamento foi gradativa. E um primeiro momento o envolvimento com o movimento se deu por meio de um projeto desenvolvido no acampamento Padre Ten Cat, no município de Jaciara, neste projeto estavam envolvidos vários alunos da graduação em Licenciatura em Ciências da

---

<sup>4</sup> Segundo Stake (1999), o estudo de caso é específico, complexo e cada caso é um sistema integrado tendo limites e partes funcionais, e desta forma existem três tipos de projetos de estudo de caso, sendo: o estudo de caso intrínseco, o estudo de caso instrumental e estudo de caso coletivo.

Natureza, ofertado pelo Centro de Referência de Jaciara que faz parte do IFMT Campus São Vicente.

Participar deste projeto e colaborar em algumas partes dele me aproximou do movimento e me fez conhecer melhor as lutas desenvolvidas pelo MST na microregião do Vale do São Lourenço. Desta forma pude acompanhar o desenrolar de uma parte das negociações propostas pelo movimento com o intuito de assentar aquelas famílias que ali estavam acampadas.

Acompanhar o movimento, foi o primeiro passo para tomada de decisão referente aos lócus da pesquisa. A primeira proposta era desenvolver a pesquisa no acampamento, pois a dinâmica do acampamento é um pouco diferente da que se encontra em um assentamento, nesta fase os acampados estão sendo preparados para o que devem enfrentar como futuros proprietário de suas terras.

A consolidação da ideia veio após a confirmação de que, no assentamento, estariam assentadas algumas das lideranças provenientes da coordenação estadual do MST e deste modo, durante o desenrolar da pesquisa, poderíamos responder duas questões chave concomitantemente, ou seja, sobre as percepções locais sobre mudanças climáticas e a percepção das lideranças do movimento do MST.

Este foi o ponto de partida para que se desse o passo inicial na pesquisa. O segundo veio com a participação em reuniões do movimento dentro do assentamento Egídio Bruneto, onde são promovidos encontros periódicos para discutir assuntos referentes as problemáticas mais relevante dentro e fora do assentamento.

O contato direto com os/as assentados/as, proporcionou a compreensão das questões que envolvem o assentamento, por exemplo, por meio dele foi possível conhecer os integrantes da coordenação estadual do movimento que estão assentados no local. Desta forma ficamos inteirados em um primeiro momento dos fatos mais relevantes que ocorrem dentro do assentamento, e da dinâmica utilizada pelos/as camponeses/as, nos primeiros anos após a consolidação do assentamento, e quais os caminhos que levaram a conquista da terra.

A formulação das questões foi pensada a partir do projeto geral<sup>5</sup>, e do projeto da pesquisa, com ênfase nas percepções e conhecimentos dos assentados sobre as

---

<sup>5</sup> Projeto de Pesquisa “Educação Ambiental Campesina: justiça climática em territórios matogrossenses” sendo parte da Rede de Educação Ambiental e Justiça Climática (REAJA), pretende contribuir com as reflexões

mudanças climáticas e sua relevância dentro do assentamento e também de um modo geral, como é trabalhado no movimento.

Partindo desta ideia, foram idealizadas ações que visavam, em um primeiro momento conhecer a realidade do assentamento e como era o cotidiano dos assentados e quais foram as suas conquistas nos anos que se seguiram a conquista da terra.

Deste modo foi formulado um roteiro para que pudéssemos ter um prognóstico<sup>6</sup> (anexo 1) do assentamento.

Neste primeiro momento, observamos que mesmo depois de assentados, os/as camponeses/as continuam com a sua luta, que é um pouco diferente da luta primária pela terra (Stedile, Fernandes, 2005) pois, durante o acampamento há uma série de formações que visam a preparação dos/as acampados/as para ser assentado/a, demonstrando a eles/as a importância que a posse da terra representa para a reforma agrária, principalmente porque no MST trabalha com as premissas de uma reforma agrária popular.

A partir destas observações surgiu a ideia de fazer um prognóstico do assentamento, pois deste modo poderíamos ter uma ideia mais exata do que se produz, como se produz, quantas famílias residem dentro do assentamento, quais são os problemas enfrentados, qual relação com a terra, e como as mudanças climáticas podem afetar esta produção.

---

em torno da justiça climática e sua relação com os povos camponeses. Na compreensão de que as injustiças climáticas estão afetando estes grupos sociais e percebendo de que forma os movimentos sociais do campo estão abordando a temática das mudanças climáticas. A proposta, desde o seu título, se propõe a dialogar as distintas áreas do conhecimento (Educação Ambiental e Educação do Campo) com os saberes-conhecimentos locais-tradicionais dos povos camponeses. (SENRA, 2018)

<sup>6</sup> No dicionário etimológico da língua portuguesa (MACHADO, 2003), a palavra “diagnóstico” apresenta-se como um ato capaz de julgar ou discernir um contexto ou fenômeno, gerando capacidade de decisão e conclusão. Por outro lado, a palavra “prognóstico” é um sinal precursor, uma previsão ou um estudo antecipado. Inscrito na incompletude da fenomenologia, o GPEA assume que este texto versa sobre informações *a priori* consideradas – trata-se de um prognóstico inicial que exige um debate *a posteriori* mais denso das particularidades qualitativas, já que os números também podem ser lidos de maneira diferentes, ou agrupados (propositadamente) em uma classe estatística para se obter uma bela curva de Gauss. No contexto fenomenológico da incompletude humana, nada é conclusivo e está sempre sujeito à transmutação. Assim, elegemos a palavra “prognóstico”, ainda que soe estranha à tradição ambiental ou educativa, gerando possibilidades de novas reinvenções investigativas. (SATO, Michele - Minutos de Orientação - DIAGNÓSTICO & PROGNÓSTICO)  
disponível em: <https://gpeaufmt.blogspot.com/search?q=progn%C3%B3stico>



A realização desta atividade ocorreu entre abril/maio de 2018 e foi realizado com cerca de 30 famílias/sítios, no caso alguns questionários foram respondidos apenas por um membro da família ou do sítio, representando um total de 40% em média do total de 72 famílias assentadas.

Nesta ação fizemos visitas aos lotes e foram feitos questionamentos sobre os problemas encontrados dentro do assentamento, bem como quais são os maiores desafios que enfrentam, principalmente na produção de alimentos, qual a influencia das políticas públicas, que nos levaram a conhecer melhor a estrutura do assentamento, qual a composição social da comunidade e como as mudanças climáticas atingem a produção do assentamento. O prognóstico serviu para conhecermos a realidade do assentamento, para termos dados concretos e ao mesmo tempo promover um contato mais amplo com os assentados. Esta primeira ação foi desenvolvida pelo grupo de pesquisa composto por mim, pelo orientador e por outra colega de mestrado.

A segunda ação foi uma roda de conversa por meio da entrevista semiestruturada, que foi elaborada e direcionada a um grupo de assentados composto por dois homens e três mulheres, todos da coordenação do assentamento e que estão envolvidos na luta pela terra desde o acampamento, nesta ação busquei respeitar a opinião pessoal de cada entrevistado, evitando constrangimentos ou mal-entendidos. O roteiro de perguntas foi elaborado (anexo2), para que pudesse ter uma ideia mais generalizada da visão dos/as assentados/as sobre as mudanças climáticas e de que forma o assunto tem sido debatido pelo MST.

Outro critério utilizado foi de que sendo membros das lideranças, eles/as têm mais conhecimento dos debates que ocorrem dentro do MST, não somente no estado, mas a nível de Brasil. Estar na coordenação também implica que, diferentemente de outros assentados, seus membros participam de vários congressos e encontros, que tratam de temas variados e estão sempre atualizados sobre os assuntos mais relevantes.

A importância de participarem nestes encontros é que pude perguntar como as mudanças climáticas são percebidas, pelo MST, e se há dentro do assentamento, algum projeto que trabalhe mudanças climáticas com os assentados e se há uma tática ou forma de resistência ao fenômeno.

A escolha de dois homens e duas mulheres, foi para respeitar os preceitos desenvolvidos pelo movimento, que preza acima de tudo a igualdade, principalmente

no que tange a questão de gênero. Assim podemos ter a visão dos dois lados atuantes dentro do movimento, uma visão masculina, que é livre de conceitos machista ou homofóbicos e a visão do movimento das mulheres camponesas, que é uma luta que tem destaque dentro do movimento.

Na entrevista com as mulheres procurou-se saber qual a posição delas quanto as mudanças climáticas, e se há uma preocupação do movimento das mulheres, dentro e fora do assentamento, qual é o papel delas nesta luta, quais propostas elas têm em particular para as táticas de resistência, pois sabe-se da importância da luta da mulher camponesa e de sua contribuição nas campanhas do movimento de um modo geral.

Os/as entrevistados/as foram perguntados sobre suas trajetórias dentro do MST como membros ativos, do porquê terem entrado, como foi a construção do caminho durante a luta pela terra, do acampamento até o momento do assentamento, e quais são as dificuldades enfrentadas ainda hoje, (STEDILE, FERNANDES, 2005), pois sabe-se que a posse da terra não significa o término da luta.

Uma primeira entrevista foi trabalhada em uma roda de conversa, no sítio de um dos assentados, e dentro do próprio assentamento, neste dia participaram três entrevistados, sendo duas mulheres e um homem.

Minha ideia era entrevistar cada um em um momento diferente e em separado, porém optei pela roda, para que houvesse uma interação maior entre os entrevistados, e com isto comparar na íntegra quais eram as iguares e disparidades presentes em suas trajetórias.

Usei a técnica da roda de conversa porque por este meio, há uma troca de vivências entre o pesquisador e os/as pesquisados/as, possibilitando renascer ideias, tornando possível lembrar quais os caminhos percorridos pelo entrevistado durante a sua vida como militante.

Na roda de conversa, a construção dialógica é mais profunda e reflexiva, pois nasce da interação entre as partes envolvidas, (MOURA, LIMA 2014). E esta interação entre os entrevistados forma uma ligação, pois cada um dos participantes pode complementar a ideia discutida, e neste contexto podemos visualizar com mais clareza suas percepções sobre o tema proposto.

A ação que envolve o diálogo em uma roda de conversa, consente um direcionamento melhor da entrevista, (FREIRE, SHOR, 1987), proporcionando

alcançarmos com mais facilidade nossos objetivos, e como cada entrevistado tem liberdade de falar e interagir com o outro, fez fluir uma conversa em tom mais leve, com informações e complementações importantes para pesquisa.

Optamos por fazer a roda de conversa logo após o almoço, pois o período da tarde costuma ser mais longo, e não definimos horário para terminar a entrevista. Sentamos em um semicírculo, e começamos então, partir das apresentações de cada um, começando por mim e passando então a palavra aos entrevistados. Para que não se perdesse nenhuma resposta, usei o gravador do telefone celular como instrumento de gravação, (e convenhamos que é uma excelente ferramenta, pois tem uma grande capacidade de gravação), para que posteriormente pudesse transcrever as falas, esta fase das entrevistas durou cerca de duas horas.

Usei também um caderno de campo no qual anotei, naquele primeiro momento as nuances mais relevantes das entrevistas. Deste modo pude em alguns momentos refazer ou mesmo complementar as perguntas do questionário, que no total tem onze questionamentos.

A entrevista seguinte também ocorreu no sítio do entrevistado, algum tempo depois (cerca de quinze dias após a entrevista coletiva), sendo que esta entrevista foi individual, e ocorreu no final da tarde, logo após ele ter voltado do dos trabalhos no campo. Sentamos também em um semicírculo (havia mais pessoas que não eram entrevistados, mas estavam presentes ali naquele momento), e iniciamos com uma conversa informal, que serviu de introdução ao tema.

Após essa conversa inicial, passamos para a entrevista, segui o mesmo roteiro das entrevistas anteriores, (só que desta vez o foco era somente a fala de uma pessoa), com a gravação da entrevista com o tele móvel, e anotações para complementações aos questionamentos. Também não definimos horário para o termino da entrevista, de modo que ela durou cerca de cem minutos, pois a minha pretensão foi deixar a o entrevistado a vontade para falar sem interrupções, apenas fazendo os questionamentos após o termino das respostas.

A utilização de formas diferentes de entrevista foi uma escolha que fiz para que pudesse obter em um primeiro momento a ideia coletiva em relação ao tema, e depois individual, sem retirar ou menosprezar a importância de qualquer uma das respostas fossem elas coletivas, ou individual como foi no segundo momento.

Para interpretação das entrevistas e do prognóstico utilizei métodos qualitativos, embora o prognóstico tenha oferecido alguns dados numéricos, a interpretação destes dados não será quantitativo, dada natureza da pesquisa. Outrossim utilizarei nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados, neste caso será utilizado o nome do assentamento acompanhado do nome feminino de uma flor para indicar as mulheres, e para indicar os homens utilizarei, da mesma forma o nome do assentamento acrescido de do nome de uma flor masculina.

No caso do prognóstico, não serão utilizadas falas dos assentados, somente trabalharei com os dados sistematizados do todo, pois não foram gravadas entrevista, apenas houve conversas informais e coleta de dados através de um questionário e por anotações que foram sendo inseridas na própria folha e com base no projeto geral no qual esta pesquisa também está inserida, nosso foco ficou, portanto, (no caso do prognóstico), nas mudanças climáticas, na produção do sítio e nas dificuldades encontradas pelos assentados em relação à produção versus clima.

## **CAPITULO 04 – RESULTADOS E DISCUSOES.**

### **41 - FATORES QUE DESENCADAIAM MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CAUSAM INJUSTIÇAS SOCIAIS**

O modelo capitalista de exploração agropecuária, baseado na exportação de grãos que serve de base de ração animal, desenvolvido no Brasil, se mostra obsoleto, e se não for repensado ou mudado, (SCHUCK, RIBEIRO, 2015), as consequências para o país serão desastrosas pois a cada dia se perde uma diversidade de áreas agricultáveis.

Enquanto se perde extensões de solos férteis nas regiões mais ao sul do país, a agricultura extensiva tem se deslocado para outras regiões, principalmente mais ao norte onde há uma crescente expansão das fronteiras agrícolas, que tem buscado na região amazônica, novas áreas para cultivo, (LINDOSO, 2009) principalmente para produção da soja, agravando ainda mais o problema das mudanças climáticas, pois com a diminuição das matas nativas amazônicas, há também um desequilíbrio no sistema que controla o fluxo de chuvas no país.

Assim a agricultura extensiva se mostra um dos principais fomentadores que fazem aumentar as mudanças climáticas, principalmente pelo desmatamento indiscriminado, e pela grande quantidade de poluentes que são lançados, tanto na atmosfera, quanto no solo e águas superficiais e subterrâneas. Estes fatores são fundamentais quando analisamos mudanças no clima de forma mais generalizada e globalizada.

Claro que este fenômeno está presente e se intensifica globalmente. Porém não podemos esquecer os acontecimentos a nível local e regional, pois são peças chaves fundamentais para o que ocorre no todo, (BLANCK, 2015). As degradações ocorridas no sistema como um todo, funciona como um motor que alimenta as políticas públicas voltada para mitigação e adaptação dos seres humanos frente as mudanças no clima, e acendem os debates quanto a vulnerabilidades das classes sociais mais carentes.

Os problemas ambientais estão, desta forma, intrinsicamente ligados aos fatores sociais de um povo ou nação, ou seja, quanto mais desigualdade social mais degradação ocorre (WAQUIL *et al*, 2004), e este pressuposto pode parecer uma

afirmação incoerente, mas pode-se notar que em regiões mais pobres e com menos acesso à educação e informação a degradação ambiental se mostra mais elevada, e isto se amplia, tanto na cidade quanto no campo.

Seria preciso então primeiramente combater as diferenças sociais, rompendo as linhas da pobreza para que se combata então as degradações ambientais ocorridas nas áreas urbanas e rurais, (ECHEVERRIA, 2000) e este fato somente ocorre com a criação de políticas públicas fortes, que tenham como foco o combate à pobreza que assola o campo e a cidade.

No aspecto da degradação ocorrida no campo eu discordo do autor pelo seguinte fato de que degradação ambiental não está relacionada ao poder aquisitivo do proprietário, haja vista que quem mais degrada são os grandes latifundiários, nem pelo grau de escolaridade pois os mais abastados têm acesso a uma melhor escolaridade. Concordo com o autor no fato de que as políticas públicas têm que ser repensadas, principalmente no âmbito social.

Esta breve reflexão destes autores no remete sobre o que de fato ocorre no nosso país e neste quesito, podemos relacionar as mudanças climáticas como uma das consequências das ações que ocorrem na sociedade como um todo, uma está ligada a outra, causando um efeito domino, que não está restrito somente a uma classe ou a pobreza em si, ela é um problema generalizado, que vai da monocultura predatória, a produção de lixo de uma cidade.

## 42 - O PROGNOSTICO DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETO

O prognostico do assentamento Egídio Bruneto, respondeu alguns questionamentos relacionados a vida dos assentados após a posse da terra, serviu também de base para sabermos quantas famílias residem no assentamento e quais são as bases econômicas que ajudam na manutenção do sítio e das famílias, e se as mudanças clima influem neste quesito.

Desta forma o prognostico demonstrou que a produção de alimentos no sítio está baseado na policultura, ou seja, há uma diversidade de produtos que são cultivados (discutirei este fato mais adiante), para subsistência do assentado e do sítio e também para se obter uma renda, pois os fomentos oriundos do governo federal ainda (naquele momento), não tinha chegado a todos as famílias.

Algumas famílias não responderam a entrevista porque não foram encontradas no local, pois muitos ainda não têm uma produção que os permite ficar em tempo integral no lote. Isso se deve ao fato do assentamento ainda ser novo, (cerca de três anos) e do não recebimento de fomentos<sup>7</sup> que deveriam ter sido passados aos assentados naquele período, reforçando a argumentação de que a reforma agrária não significa apenas o acesso à terra (MST, 2014), mas também envolve ações políticas voltadas para a agricultura camponesa

Embora haja empecilhos relacionados a permanência de algumas famílias, as que estão no local, realmente se dizem satisfeitas e tem uma boa relação no que diz respeito ao cuidado com a terra. Isto denota a importância dos/as camponeses/as voltarem as suas origens, pois quando perguntado sobre como se sente em relação a terra respondem que há uma reciprocidade.

---

<sup>7</sup> O Programa Fomento Rural combina duas ações: o acompanhamento social e produtivo e a transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo, no valor de R\$ 2,4 mil ou R\$ 3 mil. O programa foi criado pela Lei 12.512/2011 e é regulamentado pelo Decreto 9.221/2017. Essas duas ações são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, a fim de que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e a superação da situação de pobreza. (Programa Fomento Rural) disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-fomento-rural>

Outro ponto importante a ressaltar, é o fato de alguns assentados antes de entrarem no movimento de luta pela terra, exerciam funções que não estavam ligados ao campesinato, muitos trabalhavam na cidade na construção civil, entre outras funções. Porém trazem em seus relatos, histórias ligadas ao campo, em que seus pais e avós pertenciam a famílias que eram camponesas.

Muitos deles saíram do campo por intermédio dos pais, que não tendo mais condições de sobreviver em suas terras, acabaram por migrar para a cidade (GONÇALVES, 2001), onde recomeçaram a vida da forma que conseguiram. Muitos são órfãos da modernização da agricultura e da revolução verde, que como discutimos anteriormente, causou um grande êxodo rural no Brasil.

Em seus relatos fica evidente que o retorno a terra, a suas origens, não é apenas uma conquista de propriedade e para Ênio Bohnenberger que é dirigente nacional do movimento isto denota uma conquista que vai além do simples fato da posse da terra

(...)E, quando conquistamos uma área, não é só um pedaço de terra, uma casa, uma escola, nós reconquistamos a dignidade humana. Isso nos move a fazer luta contra o capital agrário. (...). Tem escola, tem trabalho, nós construímos nossa dignidade lá. Sem dúvidas, é um grande exemplo da diferença que faz em uma região a reforma agrária, que substitui um modelo concentrado pela participação de milhares de pessoas em um projeto. É possível fazer isso em todo o país” (ENIO BOHNENBERGER, MST 2018)

Fica claro nas palavras de Bohnenberger (MST 2018), que o que observamos no assentamento Egídio Bruneto é a consolidação, a materialização do sonho da reforma agrária popular, representando a resistência ao modo capitalista de produção.

A relação dos/as camponeses/as com a terra está muito além do ponto de vista capitalista, o assentado busca meios de tirar proveito do sítio, mas com a consciência de que se deve cuidar da terra, e que se deve evitar ao máximo o uso de químicos e agrotóxicos. Vejo aqui um ponto positivo em relação as mudanças climáticas, pois a redução do uso de agroquímicos contribui para redução das mudanças no clima.

A preocupação com bem-estar da terra reflete o compromisso que o assentado tem com a proposta da produção agroecológica. A maior parte da produção em si já é realizada sem a presença de agroquímicos. Esta ação além de contribuir para que haja alimentos mais saudáveis, também tem como foco a recuperação e preservação do solo, e da flora por meio do reflorestamento, do isolamento de nascentes de água, deste modo.



Mesmo com a diversidade da produção do campo, dos 30 sitiantes entrevistados, somente 11 afirmaram viver apenas da renda do sítio, seja porque já são aposentados, seja porque possuem outra fonte de renda. Ou seja, 19 famílias/assentados ainda têm que prestar serviços fora do seu sítio (diárias para vizinhos, prestação de serviços em fazendas da região, ou atividades na cidade) para obterem algum tipo de renda.

Este fato inviabiliza os/as camponeses/as de ficar em tempo integral em sua propriedade, porém o que parece ser um ponto negativo, acaba aproximando ainda mais os/as camponeses/as das suas terras, pois segundo eles, a vontade de morar em definitivo no sítio torna-se maior que a dificuldade inicial de se manter em dois locais diferentes.

No quesito de produção de alimentos no assentamento, a maioria dos assentados/as (29 entrevistados) tem sua produção agrícola voltada para a subsistência, a produção está pautada na ideologia do não-uso de agrotóxicos, ou seja, na produção orgânica e agroecológica. Engelmann (2016), relata que esta prática condiz com as premissas do MST, que traz na sua proposta de reforma agrária popular, o princípio de que a produção de alimentos deve ser absolutamente livre dos agrotóxicos.

Com esta ação temos a preservação da fauna, flora e principalmente do solo, sendo este o maior prejudicado, pois a cada ano se perde áreas consideráveis de solos agricultáveis devido ao uso exacerbado de agrotóxicos. São produzidos no assentamento uma enorme diversificação de alimentos, tanto vegetais como animais (tabela 1). Aqui vemos a importância da agricultura familiar camponesa e do seu resgate como prática de retomada do modelo de agricultura sustentável sufocado pelo agronegócio desde a implantação da revolução verde.

Lazzari e Souza (2017), relata que o conhecimento tradicional foi esquecido no Brasil, fato que ocorreu após a modernização da agricultura, sendo importante evidenciar. O que observamos durante o prognóstico é que há uma busca dos conhecimentos tradicionais que foram perdidos com a implantação da monocultura, pois não podemos esquecer da importância dos conhecimentos camponeses/as adquiridos ao longo dos anos.

Mandioca, maracujá, abacaxi, banana, gado de leite e de corte.	Hortaliças, Abacaxi, banana, maracujá, mandioca, porco, galinha, vaca de leite	Mandioca, porco, feijão inhame, quer produzir maracujá	Hortaliças, mandioca, fruta, galinha, porco
Gado de corte, mandioca laranja, limão e galinhas	Porco galinha, mandioca, abacaxi, leite	Maracujá banana, mandioca, gado,	Mandioca, banana, galinha, pretende aumentar a produção e fazer uma represa
Pimenta, mandioca, batata doce, galinhas, porcos, abacaxi, banana	Milho, mandioca, galinhas, e tem gado arrendado no pasto	Mandioca, banana, hortaliças, abacaxi, pequiizeiros, (tem 120 pés na propriedade)	Gado de corte, mandioca, e banana
Queijo, ovos, frango, porco, galinha, mandioca, banana, abacaxi	Mamão, mandioca, hortaliças, galinha e gado de corte	Mandioca, batata, porco, galinha, abacaxi	Leite, gado de corte, galinha, ovos caipira, porco, mandioca
Peixe	Galinha porco, mandioca, milho, pastos arrendados, amendoim, abobora	Mandioca, batata, porco, galinha, abacaxi, pimenta	Melancia, abobora, banana,
Mandioca, gado de corte, galinha, banana, abacaxi	Bananeira, batata, café, porco, galinha, arroz, ( o café é para consumo próprio)	Mandioca, milho verde, banana, pretende produzir gado leiteiro e aumentar o bananal	Limão Taiti, abacaxi, banana da fritar e maça, abacateiros, mangueiras

Tabela 1

Para os assentados, a produção diversificada ou policultura, faz que os/as camponeses/as tenha uma gama de alimentos a sua mesa, produzido de forma saudável, garantindo a sua subsistência, o que segundo Valles (2018), nos remete a soberania alimentar e desenvolve o senso de preservação e de produção de alimentos seguros, produzidos de forma sustentável, e entre estes, a mandioca o feijão a batata e o milho.

Além de produção de alimentos para subsistência, os assentados, procuram comercializar alguns produtos, e tem como carro chefe dos produtos, a mandioca, que está presente na maioria dos sítios, fruto da ideia de trabalharem futuramente com a produção de farinha.

A partir da ideia de fazer farinha, surge a necessidade de criar uma cooperativa, que segundo os assentados já é um dos projetos do assentamento, e uma meta estipulado pela proposta da reforma agrária popular, sendo necessária a criação de uma cooperativa que esteja condizente com as necessidades dos assentados.

Corroborando com a defesa de um campo para a vida e para a produção de alimentos sustentáveis em uma perspectiva da Educação do Campo, Dalla-Nora (2018) afirma que “as roças de mandioca são as principais existentes em muitas comunidades [...] a mandioca é o alimento mais consumido e dela derivam outros tipos de produtos de importante valor energético para a alimentação de muitos grupos sociais” (p.114).

Já que a produção de alimentos está correlacionada com as variações no clima como: o aumento da temperatura, incidência de radiação solar, baixa incidência de chuvas, tempestades fora de época e ao desequilíbrio dos fatores que influenciam o solo. Pela dependência maior aos fatores climatológicos e do tempo, estas mudanças prejudicarão exponencialmente os/as camponeses/as e sua produção sendo que o que ocorrerá nos próximos anos é um decréscimo na produção agrícola.

Este fato nos leva a refletir sobre os efeitos e impactos das mudanças climáticas sobre a produção da mandioca, um produto típico da agricultura familiar camponesa a autora consegue demonstrar que é urgente um repensar sobre as políticas públicas vigentes como o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, Plano Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas (DALLA-NORA, 2018) e ter um olhar sobre os grupos em estado de vulnerabilidade ou que são vulnerabilizados.

Claro que a lógica da produção capital tenta desmerecer e ao mesmo tempo sufocar a produção camponesa, que tem na diversificação de produção, o carro chefe que impulsiona o proprietário e funciona também como método de resistência.

Na produção diversificada presente no assentamento, se destacam a batata doce, a pimenta, o abacaxi, o mamão, que são produzidos com intuito de atender o mercado local. Alguns sítios são autossuficientes, sendo que nestes há uma variedade de produtos além dos já mencionados, como a produção de leite, queijos e gado de corte, deste modo aproveita-se áreas que possuem pastagens, e ainda há produção de porcos e galinhas semi-caipiras.

Ao abordar o seu Programa Agrário (MST, 2013) fica evidenciado que quem está causando as mudanças climáticas no campo é de fato o modelo do agronegócio e todo o seu pacote tecnológico e de práticas insustentáveis na relação com o ambiente. Da mesma forma, durante o prognóstico, ao serem questionados sobre esta questão, diversos assentados afirmam que: *“a produção sem agrotóxicos, em si já é, uma forma de resistência às mudanças do clima. Pois o modelo agrícola vigente contribui para que o aquecimento global aumente, e conseqüentemente para que o clima mude”*.

Para os assentados, ainda não é possível mensurar quais são os efeitos que as mudanças climáticas causarão na sua produção, pois como estão pouco tempo no assentamento, não perceberam nas suas colheitas, graus de perda que possam

quantificar. O que relatam é que percebem mudanças na temperatura e nas quantidades de chuvas, mas muitos não sabem especificar se isso é fruto de mudanças no clima.

Quando se refere às mudanças climáticas tem-se a falsa impressão de que estão ligadas apenas ao derretimento de geleiras, aumento dos níveis dos oceanos e aumento gradativo da temperatura mundial, como se os efeitos das mudanças climáticas estivessem distantes dos problemas locais. Outro problema é concluir que todos serão atingidos de forma igualitária, pois as mudanças climáticas afetam de forma mais direta as populações em estado de vulnerabilidade e são estas populações que, além de residir em áreas de risco, são mais desprovidas de condições técnicas e financeiras (VALLES, 2018, p.50).

Diante deste cenário, é preciso um maior aprofundamento sobre a percepção dos assentados sobre as mudanças climáticas. Outra problemática é como de fato aprofundar estas questões em territórios iniciais (é um assentamento criado recentemente) ou em territórios temporários quando se tratar de acampamentos do MST.

As respostas apresentadas inicialmente foram vagas o que requer um aprofundamento nas entrevistas semiestruturadas e com os indivíduos, muito mais do que com o contexto global do sítio/família. Mas em sua maioria eles acreditam que as mudanças climáticas não afetam sua produção de forma alguma.

Outro fato que chama a atenção, é sobre a palavra mudança climática, parece que, embora eles sintam algumas mudanças no clima, ou as variações no tempo, cerca de 18 entrevistados nunca ouviram falar sobre mudanças climáticas, alguns já ouviram, mas não sabem explicar ou só ouviram pela TV.

É compreensível que os assentados tenham esta visão, pois sua produção ainda é pequena, mais voltada para o consumo familiar, e alguns podem, e fazem uso de algum tipo de micro irrigação, embora a água seja pouca e mais voltada para o consumo (a água provém de cinco poços artesianos posicionados estrategicamente para atender as famílias), há uma parte utilizada para este fim,

Este prognóstico inicial foi fundamental para demonstrar que o campesinato está desprovido de informações, recursos, tecnologias e de assistência das políticas públicas, neste sentido a autora Dalla-Nora (2018) destaca os principais tipos de vulnerabilidade:

O primeiro aspecto refere-se à vulnerabilidade científica e pedagógica pela falta de conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas em suas comunidades e os efeitos que advêm destas. O segundo aspecto de vulnerabilidade pelas condições físicas e ambientais, pois retrata a vulnerabilidade pela escassez ou acesso à água, aumento de temperaturas e

mudanças no regime das chuvas. E, por último, a vulnerabilidade pelas políticas públicas, pois as mesmas geram exclusão e inacessibilidade (DALLA-NORA 2018 p.135-136).

As respostas ficam mais evidentes quando provocadas acerca das quantidades de chuvas, ou se produziu mais determinado produto, ou mesmo se a época de plantio foi alterada. Muitos percebem sobre as variações (tempo/clima): *“mudanças na produção relativas à quantidade de chuvas, e que o ano de 2018 está chovendo mais que o ano anterior”*. Entretanto, o fenômeno das mudanças climáticas ainda parece estar muito abstrato para as vivências e cotidiano dos/as camponeses/as, acarretando nestas vulnerabilidades.

Se a Educação do Campo na perspectiva institucionalizada (acadêmica) é recente, a busca da identidade e dos conceitos pode ser via Educação Ambiental em uma atitude dialógica permanente. Quem sabe assim, pode-se construir uma proposta de uma Educação Ambiental Campesina (SATO, 2011) que para além de emanar-se, podem caminhar/peregrinar juntas (SENRA, 2014).

### **43 - A VISÃO DOS ASSENTADOS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Para iniciar as conversas, sentamos em um semicírculo e começamos com uma apresentação formal de cada entrevistado e do pesquisador. Em um primeiro momento para que pudesse haver uma melhor interação, expus aos entrevistados as questões referentes ao tema, explicando em seguida que as respostas seriam respondidas conforme a conversa estivesse fluindo, independente da ordem de cada questionamento.

Assim, segundo Freire (1987) são abertos caminhos para que haja uma compreensão do contexto como um todo, pois quando cada pessoa dentro da roda tem a palavra, eleva a discussão a um momento único, abrindo caminho para que conhecimentos sejam construídos com o intuito de que haja uma leitura de mundo, e ao mesmo tempo se consolide a reflexão sobre os fatos.

Conforme cada questão foi colocada em pauta, a entrevista foi se desenrolando, até que cada um dos entrevistados ficou à vontade, e de modo cômodo, foi respondendo as questões, e como era esperado, surgiram complementações que foram essenciais para o desenrolar do tema proposto.

Por este motivo as entrevistas foram divididas em dois momentos distintos, primeiro em uma roda de conversa, em um segundo momento as entrevistas foram individuais e com o mesmo intuito, só que desta vez, diferentemente da anterior, em que buscava a interação e a complementação das histórias, neste buscou-se a visão particular dos entrevistados, não deixando de lado o todo, dando-se ênfase ao tema e a sua trajetória dentro e fora do assentamento.

Questões sobre a história dos entrevistados, sua trajetória dentro do assentamento desde o acampamento até a consolidação da posse da terra, e qual seu papel nesta conquista, pois sabe-se da importância das lutas desenvolvidas pelo movimento, pois os embates estão muito além do fato de aquisição de terras, e seguem ideologias distintas ligadas ao movimento e a suas premissas.

No enfoque sobre mudanças climáticas, foi explorada a percepção dos entrevistados e suas opiniões sobre o que causa o fenômeno e quais são os métodos de resistência e enfrentamento que existe dentro do MST e no assentamento, levando em consideração seus conhecimentos prévios, procurando saber se dentro do

assentamento, há algum programa ou projeto voltado para o enfrentamento das mudanças climáticas.

As trajetórias de vida dos assentados do Egídio Bruneto, não são diferentes dos relatos narrados por Coelho e Borelli (1991), todos os assentados têm uma história de vida e luta muito semelhantes, alguns se afastaram das origens camponesas por não concordarem com o modelo proposto de exploração de mão de obra, ou se aproximaram por se identificar com a ideologia proposta pelo movimento.

Desta forma eles se tornam parte de uma luta que praticamente definiu suas vidas como pessoas e como cidadãos dentro da sociedade, levando-os a conclusão de que alguns fatos que ocorrem no âmbito social não são condizentes com a realidade dos/as camponeses/as.

Egídio Bruneto - Rosa

*[...] eu entrei no MST via o jornal sem-terra, diferente da maioria de todo mundo que entra por necessidade da terra, entrei no movimento contribuindo com o jornal sem-terra, daí foi um pulo você vai se envolvendo, e toda esta trajetória de vida de camponesa, eu já me identifiquei completamente no movimento fui me envolvendo cada vez mais, deixei minhas atividades e já fui mergulhando e quando vi já estava na militância, já está do pé a cabeça envolvida no jornal, na organização, na formação, na ocupação de terra, daí começa a estar na militância [...]*

Tomar uma posição contrária ao sistema é para muitos a saída para que conseguissem entender o que estava havendo, sendo também uma forma de resistência ao que este modelo impõe. Muitos estavam inseridos na vida urbana, outros nas áreas rurais, mas trabalhando como empregados ou meeiros em fazendas, então entrar no mundo da militância foi para todos, a forma de tentar mudar a realidade em que estavam inseridos

Durante o processo de transição a que passaram, são categóricos ao afirmar que durante suas vidas, o deixar para trás, foi uma constante, migrar de uma região para outra, com ou sem a família, trouxe à tona o porquê de lutar pela sua independência.

Não uma independência financeira ou familiar, mas de quebrar as correntes do sistema que oprime e sufoca todo e qualquer sonho de liberdade. Desta forma, entrar no movimento, fazer parte dele, viver como acampados e posteriormente como assentados fez com que novos horizontes fossem abertos, e espaços vazios, fossem aos poucos sendo preenchidos, tornando-os mais fortes e unidos.

Os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o *modo de ser* da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela. Fazem isto não porque professem ideias revolucionárias, nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país (CALDART, 2001 Pg.210).

Os valores que o movimento procura agregar aos seus militantes, tem se mostrado a base forte para continuação do movimento e posterior formação dos seus integrantes. A continuidade da luta está ligada ao fato da resistência promovida por meio dos vários atos desenvolvidos dentro e fora dos assentamentos e dos acampamentos.

Esta peculiaridade de ser e estar sempre em luta foi para Rosa, que tem uma história de militância que vem desde os movimentos estudantis, o principal fomento para integrar o movimento. Para ela o MST “*representa a libertação do modelo hegemônico de dominação que a sociedade impôs durante séculos nas classes menos favorecidas*”. Como educadora popular foi no movimento que ela encontrou o terreno fértil para trabalhar questões ligadas a dignidade humana por meio da luta pela terra. Estes trabalhos desenvolvidos buscam resgatar os primórdios da humanização, que são a base da formação dos/as camponeses/as e da educação campesina.

A base fundamental de sustentação da Educação do Campo, à qual se vincula o Pronera, é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os seres humanos e a natureza; entre o rural e o urbano. O campo é um território de produção de história e cultura, de luta de resistência dos sujeitos que ali vivem. (CALDART, PALUDO, 2006 p. 07)

Muitos dos assentados iniciaram sua militância, fazendo parte das comunidades eclesiais de base, participando ainda jovens de grupos que procuravam valorizar suas origens, ou seja, os grupos eram formados a partir da cultura e das origens de uma comunidade ou etnia.

Esse fator é muito importante para formação do militante, pois regressando as origens fica clara sua posição dentro da sociedade, seja como cidadão, pessoa ou ser social, é de suma importância saber suas origens e entender que não somos subalternos



de um modelo fixo (FREIRE, 1987) e sim livres para escolher nossos caminhos, quebrar as correntes hegemônicas que oprimem o ser cultural é o primeiro passo que garante requerer nossos direitos

Os desafios encontrados muitas vezes fazem coincidir as histórias de luta do antes e depois, Stedile e Fernandes (2005), nos remetem a gênese do movimento, e que continuam perpetuando até os dias de hoje, no entendimento dos autores toda luta pela terra travada pelo MST é uma continuidade dos acontecimentos que ocorrem desde o descobrimento.

Não há dúvidas que tudo que almejasse hoje com os ideais do movimento, são reflexos de um sistema que traz em suas premissas resquícios da colonização imperial, que ainda hoje, (mesmo depois do país se tornar republica), as questões agrárias ainda são tratadas com os mesmos moldes excludentes de outrora.

Assim, o MST é a continuação de 500 anos de luta pela terra. São cinco séculos de luta contra o latifúndio. É uma história camponesa, de famílias que estão lutando para entrar na terra, para trabalhar, para viver com dignidade. Constroem experiências de organização do trabalho e da produção, procurando enfrentar o modo capitalista de produção, resistindo à exploração e à expropriação. Executam experiências de desenvolvimento e de solidariedade, da mesma forma como criam uma mística em que acreditar no futuro é saber resistir no presente. Desafiando sempre. (STEDILE, FERNANDES, 2005 pag. 12)

Sendo assim o entrevistado Jacinto, a sua trajetória no movimento está ligada com a pastoral da juventude e com as comunidades eclesiais de base o qual fazia parte. O que o levou a entrar na militância, foi justamente não concordar com as imposições que a sociedade tem imposto sobre as classes menos favorecidas. Com a militância dentro do MST foi que ele realmente consegue entender o que significa ir em busca de sua dignidade e suas origens históricas.

Egídio Bruneto - Jacinto

*(...)fui o primeiro a imigrar da roça das fazendas para a cidade e morar de favor para os outros e trabalhar de empregado nessas casas você via que nessa época era muita exploração e você começa a perceber que quando veio o MST e me fortaleceu e eu acabei entrando para o movimento em 1997. Aí começa os cursos de informação e você vão entendendo como começa essa conjuntura e como é o papel do Estado as classes sociais e você vai identificando e chega em uma conclusão a partir de hoje eu não fico mais de joelhos para essa burguesia não fico mais de joelhos para essa capital e o movimento então vem de seus princípios de trazer para a gente essa rebeldia. Você tem que ser rebelde contra a capital a partir daí você vem se*

*alimentando dessa mística luta pela terra luta pela sobrevivência e pela soberania luta pelo ser humano eles nunca veem a gente como ser humano (...)*

O movimento é então o grito de libertação que muitos esperam encontrar, realmente é um meio de se rebelar contra o sistema que oprime e degrada o ser humano. Outro ponto importante, segundo Jacinto, na formação do MST está relacionado com a influência da CPT (Comissão Pastoral da Terra), no começo da organização do movimento, os trabalhos de base promovidos pela organização religiosa, pertencente a igreja católica, tornaram possível a conscientização dos trabalhadores rurais, organizando-os em sindicatos, em grupos políticos, apoiando a reforma agrária e mesmo integrando trabalhadores ao MST, partindo do pressuposto de que o governo não trata com justiça as classes menos favorecidas (STEDILE E FERNANDES 2005) não apoiando a falsidade ideológica governamentista de que a reforma agrária estaria funcionando adequadamente, mesmo que isso significasse ser oposição ao governo vigente.

O apoio dado pela CPT desde o início, tem refletido no movimento de forma positiva, atualmente temos muitos religiosos que apoiam e fazem história se juntando a causa, seja apoiando o movimento, fazendo ponte para negociações, ou mesmo auxiliando na organização e manutenção de assentamentos já instalados. No caso do assentamento Egídio Bruneto, a entidade religiosa de Juscimeira, por intermédio dos padres, auxiliou na distribuição de água nos lotes mediante a construção de poços artesianos.

Egídio Bruneto - Jacinto

*(...) outra coisa positiva por exemplo hoje no assentamento nós não temos problemas com água talvez falta a rede mais com o poço então tem essa questão dessa das pessoas que nos apoiam e tem o Padre Mario aqui de Juscimeira então ela apoia o assentamento e tanto que apoia politicamente e financeiramente então o que era para o estado fazer poços, a paróquia aqui apurou tanto é que aqui tem quatro poços o mais simples que era para fazer que é a rede (...)*

Isto reflete de modo positivo na vida do assentado que muitas vezes, depois de anos de acampamento e sem apoio das políticas públicas que acabam por marginalizar o trabalhador, e ainda tem que enfrentar as adversidades de construir em seu lote uma moradia, e dependendo da localização fica difícil ter acesso a água potável.

As dificuldades encontradas pelos assentados são a continuação da luta iniciada com o sonho de possuir terra. Aprender a lidar com estes desafios faz com que, segundo os entrevistados, haja uma valorização maior do que é alcançado.

Durante o desenrolar dos processos que dão origem aos acampamentos e aos assentamentos, fica nítido que as conquistas do movimento estão pautadas na união e na reciprocidade de um conjunto de fatores que envolvem tanto os seres humanos quanto mulheres. No caso das mulheres suas conquistas são frutos de vários anos de lutas, inclusive o fato do lote sair no nome da mulher.

Egídio Bruneto - Rosa

*Antigamente era só do homem hoje a prioridade é que seja no nome da mulher ou do casal primeiro eu vou contar a história das casas da cidade o programa par que era um programa que assentava as pessoas em situação de risco e meu lar que era da minha casa minha vida por que sai no nome da mulher e hoje até os financiamentos sai no nome da mulher. Essa questão foi fruto de uma luta e nós temos um plano nacional da luta contra violência sofrida pela mulher que visa dar garantias dos direitos da mulher então esse plano nacional ele foi criado por meio da luta das mulheres rurais. Aí vem a questão da marcha das Margaridas e em 2008 que as casas do programa minha casa minha vida tinha que ser como prioridade da mulher só sai no nome do ser humano se ele não tiver esposa e estiver necessitando da casa caso contrário a mulher que é proprietária da casa e também não é diferente para sair o nome da mulher nos lotes como prioridade também foi luta de muitos anos do MST e de outros movimentos mais a prioridade da mulher foi fruto de luta tanto na cidade como o campo.*

As conquistas do movimento são então, em sua maioria fruto da interação dos seus integrantes, e estão intrinsicamente ligadas as suas trajetórias de vida. Suas lutas e seus anseios condizem com o coletivo dando forma e estrutura ao movimento, tornando possível que haja um planejamento futuro de resistência, principalmente no atual cenário de incertezas que se instalou no país.

Sobre as mudanças climáticas, procurei fazer o que Verges (2017) fez, ou seja, fiz uma análise do olhar que o movimento tem sobre mudanças climáticas tendo como base das suas publicações e entrevistas disponíveis no site oficial do movimento. Deste modo pude chegar à conclusão de que o movimento de modo geral, observa as

mudanças climáticas a nível local, mas também global, e interage com outros movimentos ao redor do mundo, como a Via Campesina.

Para o movimento as mudanças climáticas têm nítida influência do modelo agrícola predatório, e apresenta como solução a agroecologia, e um sistema de produção orgânico e livre de insumos e pesticidas que tem influenciado a produção nos sítios e dentro do assentamento Egídio Bruneto.

Isto denota que os movimentos mantem suas origens de oposição ao sistema, mas sempre com um cuidado com o futuro, pois a monocultura e o modelo agroexportador se mostram ainda na atualidade como um dos maiores causadores de problemas sociais, e entre outros, das mudanças climáticas. Embora haja uma luta constante contra esta ideologia, muitas denúncias esbaram nos vieses burocráticos e no descaso, porém as consequências são reais.

Egídio Bruneto - Jacinto

*As mudanças climáticas estão relacionadas principalmente na ganância das empresas multinacionais do latifúndio do plantador de soja dos plantadores de algodão e de cana da poluição das usinas e dos frigoríficos se você pegar um dos frigoríficos nós já fizemos várias denúncias a região de Araputanga os caras jogam resíduos do frigorífico dentro do rio e o outro dia aparecer vários peixes mortos. Você vai lá e faz a denúncia e os caras vem tiraram foto acolhem a denúncia, mais continua a mesma situação e tudo isso está afimco lado é o desmatamento é a questão de jogar resíduos dentro dos rios e principalmente pela questão dos agrotóxicos e hoje você pega aqui o nosso assentamento aqui para cima tem um grande plantio de soja aqui quando a gente senta aqui fora em alguns momentos vem o cheiro de veem o que os caras passam então a gente não escapa do veneno.*

Neste contexto pude notar que há uma relação estreita entre a degradação ambiental e o uso indevido dos recursos naturais com as mudanças climáticas, quando há um grande desmatamento para a produção de gado de corte, ou mesmo a implantação de uma lavoura baseada na monocultura (SCHUCK, RIBEIRO, 2015), o processo de limpeza da área emite uma grande quantidade de gases poluentes na atmosfera provenientes das queimadas, principalmente o CO<sub>2</sub>, que alimenta o efeito estufa e aumenta a temperatura global.

A grande quantidade de lavouras presentes no entorno, faz do assentamento uma das poucas áreas ainda preservadas, e a preocupação dos assentados com os dois rios que banham o local se justifica pelo fato de que embora não haja um frigorífico

que jogue resíduos orgânicos, há nos arredores PCHs (Pequenas Hidroelétricas), que ameaçam o ecossistema local.

Como relatado na entrevista, mesmo que haja denúncias, como houve em Araputanga, dificilmente haverá uma resposta concreta das autoridades, que costuma ser lenta, e pode não se obter resultados satisfatórios, e são estes casos que costumam ser o ponto de partida para que haja mudanças climáticas, ou seja, há um efeito cascata, que começa em escala local, e com a somatória de vários outros casos, se expande em escala regional e depois global.

Observei então que a visão que os assentados do Egídio Bruneto têm sobre mudanças climáticas, alinha-se com o as observações feitas por Verges (2017), quando analisou as publicações referentes ao tema no site do MST, a visão sobre o fenômeno, advém de acontecimentos locais e regionais que refletem em escala global, repassadas para os integrantes do movimento, por suas lideranças e pensadores, que buscam, nas palavras do autor,

(...) “o alinhamento conceitual em relação à temática e, ao mesmo tempo, a criação justificada de argumentos sobre a potencialização do mal causado pelas atividades produtoras, sobretudo, de *commodities* e os benefícios trazidos com as práticas dos agricultores camponeses/as. A busca se dá por outro padrão de desenvolvimento, com inserção das propostas provindas dos agricultores familiares.” (VERGES, 2017, pag. 138).

Assim, como Verges (2017), observei também, que as publicações referentes as mudanças climáticas expostas na página oficial do MST, demonstram claramente que o movimento se preocupa não somente com a posse da terra, mas também com o que acontece após, e quais são os problemas que os/as camponeses/as irão sofrer, denotando que as premissas do movimento estão aquém de simplesmente alocar os/as camponeses/as à terra.

Deste modo, na análise feita referente ao tema, encontra-se nitidamente exposta a oposição do movimento em relação ao agronegócio e a hegemonia da monocultura. Para o MST (2014) o agronegócio gera a maioria dos problemas relacionados ao campo, que se estendem desde os conflitos por terra até as mudanças climáticas.

No entanto, quando uso palavras chaves mudanças climáticas e MST, tanto no banco de dados<sup>8</sup> da CAPS como no do MST, achei apenas uma tese de doutorado que relaciona o movimento com o fenômeno, ainda assim na questão da territorialidade e não com questões envolvendo os modos de resistência as mudanças climáticas.

No que se refere ao site oficial do MST, busquei relacionar a palavra chave mudanças climáticas com as publicações de um modo mais generalizado, e não há. O que se encontram são textos relacionados as lutas desenvolvidas pelo movimento, (como descrito anteriormente), que buscam se contrapor ao agronegócio.

Porém pude observar que há uma crescente preocupação com a preservação do meio ambiente, e dentre os problemas citados, encontrei apenas dois textos, um de autoria Diego Pereira Lindoso, e outro de autoria de João Vitor Gobis Verges (os quais fazem parte do referencial bibliográfico desta dissertação), porem somente o texto de Verges relaciona as mudanças climáticas e deixam clara a posição do MST quanto a este fenômeno, os outros textos fazem parte de artigos de cunho informativo no site oficial do movimento.

Desta forma, no ano de 2014, houve uma manifestação que que tinha como tema as eleições, no qual o movimento defendia o voto contrário aos políticos ligados ao agronegócio, e aproveitava para denunciar a clara contribuição do modelo agroexportador nas mudanças relacionadas ao clima.

Para Nicole Oliveira, da organização 350, a mobilização visa criar mais ação e menos palavras dos governantes. No caso brasileiro em específico, o agronegócio será denunciado como um dos principais responsáveis pelas mudanças climáticas no país. Segundo Nicole, ao falar de clima no Brasil é preciso falar do agronegócio, já que ele “é o principal responsável pelas mudanças climáticas no país. Se o agronegócio fosse um país, ele seria o 10º maior emissor de gases de efeito estufa do mundo”, explica. (MST, 2014, PG. 01)

Vejo implícito que o movimento tem uma linha de publicações que estão sempre se contrapondo com a ideologia predatória do agronegócio. Verges (2017) denota a mesma linha de raciocínio que observamos quando analisou as publicações

---

<sup>8</sup> Nas análises dos dados e na referencias, hora usarei (MST+ANO), hora o nome do responsável pela entrevista ou reportagem, pois no site do MST as notícias partem da redação, sem especificação de nomes ou responsáveis.

do movimento, ou seja, há dentro do movimento uma clara ideologia que tem por objetivo alertar e se contrapor ao agronegócio.

Os líderes do movimento destacam claramente que é preciso que haja uma discussão mais profunda e ampla sobre o tema e procuram sempre estar em consonância com as discussões sobre o tema a nível mundial local e regional, sempre defendendo a ideia de uma agricultura camponesa.

Outro viés que surge como contraponto ao agronegócio e pode ser entendido como uma forma de resistência as mudanças climáticas, é a implantação do sistema agroecológico, que é defendido pelo movimento como o modelo ideal de produção sustentável.

Stedile, um dos fundadores do movimento e atualmente sua principal voz, defende desde a concepção do MST, que o sistema de produção de alimentos deve ser mudado, com a implantação do sistema agroecológico, que seria o contraponto a produção carregada de agrotóxicos, e ao mesmo tempo seria a saída para preservar o meio ambiente.

A disputa é pelo modelo de produção agrícola. A disputa é pelo destino dos recursos naturais. Precisamos mudar o modelo. Em primeiro lugar, para produzir alimentos saudáveis a toda sociedade. Comida sem veneno. Ao mesmo tempo, adotar a matriz tecnológica da agroecologia: produzir em equilíbrio com a natureza, sem destruir a biodiversidade que altera o meio ambiente e o clima. E precisamos organizar agroindústrias na forma cooperativa, para processar esses alimentos. Por isso, agora estamos diante de um novo modelo que chamamos de reforma agrária popular. (MST, 2014 Pág. 05).

Para Stedile para que haja consolidação de um novo modelo de produção limpa, será preciso que a reforma agrária popular se consolide, tome forma, e possa então solucionar o problema da produção de alimentos e ao mesmo tempo consolidar a reforma agrária popular, e com a implantação de cooperativas abrir as portas do mercado para os produtos que serão produzidos.

Para os assentados do Egídio Bruneto é importante que haja uma cooperativa dentro do assentamento, o que tornara mais fácil a futura comercialização dos seus produtos, porém é preciso antes ter todo um processo de preparação da coletividade e ultrapassar os tramites burocráticos que permeiam a abertura de uma cooperativa.

(...) tem a questão de organiza coletivamente enquanto cooperativa a gente está em uma tentativa de uma cooperativa

Egídio Bruneto - Margarida

desde quando nós estamos aqui e ainda temos de limites de documentos temos limites da participação do entendimento do que é ser cooperado e cooperar então essa é uma das dificuldades que a gente ainda enfrenta. Mas enfrentamos com muita coragem então assim a gente não parou de tentar e sabe que a gente tem essa dificuldade e traz isso para o debate para as assembleias e as reuniões de grupo a gente está levando e disseminando essa ideia para que a gente tenha um processo de organização de fato enquanto cooperativa. Por que a gente sabe dá necessidade que a gente tem de fazer além da luta junto da gente fazer uma produção com qualidade sem veneno e coletiva também no entendimento que precisamos estar juntos em todos os momentos por que nós somos os sujeitos que vão fazer a diferença lá na frente (...)

Embora na fala de Stedile e do/a entrevistado/a não haja uma relação direta relacionando o MST com o fator das mudanças climáticas, entendo que com discussões e posterior consolidação de uma cooperativa, fica mais fácil fomentar e difundir a ideia de uma produção agroecológica sustentável, que podem ser o ponto de partida para ampliar as discussões e trazer para o movimento o tema sobre mudanças climáticas.

Neste quesito, o MST tem participado com mais frequência de eventos relacionados as mudanças climáticas. No debate promovido pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) em 2015, Marcelo Durão, defendeu que o modelo capitalista somente está preocupado com a propriedade privada e o capitalismo verde.

No sentido da palavra, o MST entende que o capitalismo verde transforma terras que deveriam ser usadas para reforma agrária em grandes latifúndios baseados na monocultura, seja ela para produção de grãos ou não, o resultado é que a agricultura familiar camponesa é deixada de lado.

A premissa da monocultura predatória, busca claramente o lucro sem se preocupar com o social, se contrapondo ao modelo de reforma agrária popular proposto pelo MST (2010), que busca a justiça social e o combate as degradações ambientais.

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano e natureza. De maneiras que, todo processo de organização e



desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. Buscando valorizar e garantir trabalho a todas as pessoas como condição à emancipação humana e à construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas e no restabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza (MST, 2010 Pg. 01).

Neste caso a reforma agrária popular promove o retorno da família camponesa ao campo com um modelo de produção sustentável, pois comprovadamente, segundo Brasil (2016), a agricultura familiar é a maior produtora de alimentos básicos, que estão presentes na mesa dos cidadãos.

Desta forma, quando comparamos o modelo de agricultura familiar com o modelo de monocultura de sucessão, Ribeiro (2015), alerta que a degradação do meio ambiente está intrinsecamente ligada a agricultura industrializada que fomenta e deixa cada vez mais sério o problema das mudanças climáticas.

Para Stedile todos estes fatores também estão ligados, segundo o movimento, as questões política, para que se produza alimentos de forma saudável é necessário que se consolide as políticas públicas voltadas para o fortalecimento e implantação da reforma agrária popular, desta forma fica nítida a luta do movimento não somente pela terra, mas por um novo modelo de produção sustentável.

Egídio Bruneto- Narciso

(...) nós por exemplo ficamos na luta para manter a agroecologia o nosso assentamento está muito próximo da área de produção da cana de açúcar e de soja. É quase impossível que os insetos fiquem na mata eles vem para o assentamento está em tudo por lá não fica em um refúgio e quase impossível, é difícil. Por isso nos falamos que agroecologia não pode ser uma experiência localizada ela tem que conseguir ser um projeto, (...) por que não tem espaço para dois projetos é um combatendo o outro por que se existi se espaço para os dois projetos eles permitia nós ficar mais eles não permitem (...)

Na fala do entrevistado fica nítido que ter um projeto agroecológico não é fácil. O modelo do agronegócio tem se mantido no modelo agroexportador, e produzir fora dos padrões que impõe é mais que um desafio. Não posso dizer que concordo com o fato de que não haja espaço para os dois tipos de produção, mas acredito que um modelo se sobressaiu sobre o outro.

Neste caso o agronegócio consegue suplantando o modelo agroecológico, pois estamos em um modelo onde o capital é mais importante que a preservação, e o lucro

gerado é o que importa para o grande latifúndio (ZIMMERMANN, 2011), se isso causa danos ou não para eles não importa.

Diferentemente do restante da sociedade, o movimento traz na sua luta, as premissas da justiça social, ou seja, com o retorno os/as camponeses/as a terra, deve-se criar meios para que ele permaneça no campo, e ao mesmo tempo tire seu sustento e propicie uma vida digna aos seus familiares. Nesta perspectiva o movimento molda o seu posicionamento político, (BASTOS, 2017), mediante as mudanças climáticas e a preservação do meio ambiente, e ao mesmo tempo se posiciona politicamente.

No assentamento Egídio Bruneto, observamos que a maioria dos/as camponeses/as entrevistados, buscam se manter firme em seu posicionamento de produção livre de agrotóxicos. Corroboram deste modo com os ideais propostos pelo movimento e mesmo com dificuldades financeiras, conseguem produzir uma variedade de alimentos, que servem para sua manutenção dentro do assentamento, comercializando o restante nos mercados da cidade.

Este fato leva o assentado a um patamar de vida diferente do vivido na cidade, tornando possível a realização dos sonhos almejados durante os anos em que viveram como acampados.

Para entender este fato, posso dizer que estamos passando por um processo de desumanização na atual conjuntura política do país, vemos deixado de lado os quesitos básicos que moldam a dignidade de nós como seres humanos. A maioria das pessoas estão cada dia mais individualistas, antissociais, e extremamente radicais, e neste caos de indiferenças a dignidade humana é a primeira a ser deixada de lado. Na ótica humanitária todos devíamos ser iguais e teríamos que ter direitos análogos, e não permitir uma sociedade seletora, ou seja, alguns poucos são privilegiados, enquanto a maioria é excluída.

Oportunizar a os/as camponeses/as um reencontro com as suas respectivas origens por intermédio de uma reforma agrária justa, possibilitando o acesso à terra, livrando-o do julgo do modelo agrícola predatório é para Ênio Bohnenberger (MST, 2018), o resgate da dignidade humana, e o simples fato de não ceder ao modelo de agricultura industrializada e praticar, mesmo com dificuldades a agroecologia, me leva a entender que já é uma forma de resistência as mudanças climáticas, que é nítido desde o início da luta pela terra e se expandem para a vida de assentados.

É na luta diária que assentado busca seus ideais, e com um olhar na sua trajetória de vida traça os rumos para os enfrentamentos futuros, mesmo tendo que transpor os obstáculos, não pode esquecer de suas origens, da coletividade, tornam possíveis formas de resistência.

Egídio Bruneto – Narciso

Mas você muda o sistema com experiência locais a luta não é separada como é que eu faço com o socialismo produzindo em meu lote produz forma agroecológica que é uma luta contra a capital por que é os/as futuros/as camponeses/as que os demonstra ter então ela vai ser esse espelho, esse marco da pessoa olhar para trás, como sobreviveu como viveu vai ter um monte de experiências em então é isso. Mas então é só fazer isso e não tem que participar dos debates tem que ir para a luta por que a luta educa (...)

Diante destas premissas não podemos apenas trabalhar com a ideia de mudanças do clima, é necessário que se pense em alternativas viáveis para que se possa em primeiro lugar, rever os conceitos sociais envolvidos (MST, 2014). Para tal foi criada em 2014 na 20ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP20), uma declaração intitulada “Declaração de Lima: Cúpula dos Povos Frente às Mudanças Climáticas, que defende a ideia de que somente ocorrerá mudanças no clima quando mudarmos o sistema. Fica nítido, então que o MST, juntamente com outros movimentos, confirma sua posição quanto as mudanças climáticas, caracterizando por sua vez as premissas de oposição a monocultura predatória que se baseia, como dissemos anteriormente, na acumulação de capital e na depredação do meio ambiente

Nesta conjuntura, a Cúpula dos Povos representa a voz dos explorados e oprimidos do mundo, marginalizados por um sistema econômico e cultural que os subordina a setores racistas, fundamentalistas, sexistas e empregadores que beneficiam do modelo capitalista. Neste momento crucial enfrentado pela humanidade, onde a séria mudança climática que sofremos exige uma ação urgente por parte da sociedade global, exigimos dos governos e do Sistema de Nações Unidas se reuniram na COP 20, a adoção de acordos para respeitar e reconhecer o valor da vida e os povos indígenas, urbanos, camponeses/as e promover a preservação da biodiversidade global. Rejeitamos qualquer mecanismo de mercado que surge como uma solução para os problemas ambientais e climáticos. (MST, 2014 Pg. 02/03)

O movimento então se faz presente na luta contra as mudanças climáticas não apenas discutindo, mas também atuando juntamente com movimentos fora do país. Outro fato que é de extrema importância lembrar é que se fala do MST como um todo, porém dentro do movimento existem movimentos independentes que lutam por seus direitos e tem suas opiniões respeitadas, como o movimento das mulheres camponesas.

Este movimento denota sua postura quanto as mudanças climáticas e tem desenvolvido atos paralelos ao do MST, e também tem uma postura de oposição ao modelo de monocultura predatória, deixando claro que precisamos mudar as formas de pensamento, e que o movimento ainda é jovem em relação, por exemplo à revolução verde.

Para as mulheres do movimento, as mudanças climáticas, são fruto das mudanças que ocorreram ao longo dos anos principalmente após a revolução verde, que foi o ponto de partida para iniciar a industrialização da agricultura e dar forma ao modelo de monocultura predatória, que conhecemos hoje, consolidando-se por meio da monocultura.

Egídio Bruneto - Margarida

*(...) enquanto os/as camponeses/as organizados no movimento então é como a gente avançar nesse modelo de campo e cidade em defesa dos direitos em defesa da terra em defesa da reforma agrária e de todos os nossos direitos sociais foram e estão sendo atacados por esse momento que o nosso país vive de golpe e em nível internacional em momento de crise uma crise múltipla do capitalismo que afeta todo planeta então nós também estamos sendo afetados com tudo isso e esse é um tem que é necessária da nossa luta e a agricultura é especialmente afetada pelas mudanças climáticas que esse modelo de sociedade e de produção e por isso a nossa luta no movimento está clara a luta em defesa de outro sistema de outro modelo de produção de outro modelo de consumo para a gente resistir a todos os ataques que nós estamos tendo (...)*

Na visão das mulheres camponesas as mudanças climáticas devem ser enfrentadas com a implantação de um sistema que valorize mais a vida, diminuindo o uso de agrotóxicos e proporcionando as pessoas uma alimentação mais saudável, produzida por um sistema que agrida ao mínimo o ambiente. Isto já denota então uma forma de resistência as mudanças climáticas e ao modelo patronal que rege a sociedade.

A luta desenvolvida pelas mulheres dentro do movimento assume uma importância ímpar, na organização e manutenção da família camponesa, consolidando-

se de vez como pivô central, principalmente nas lutas que se desenvolvem, entre estes embates ao enfrentamento as mudanças no clima sendo este fato fundamental como engrenagem da comunidade camponesa.

Egídio Bruneto - Margarida

*(...) em relação as mulheres, assim o que a gente pensa sobre esses problemas que a gente tem enfrentado principalmente os problemas climáticos por que a mulher é a principal nessa relação, é a que mais tem sentimento em relações mudanças, em questão da alimentação da saúde na questão da própria liberdade dela que está ligada a tudo isso. No nosso entorno (e quando a gente fala no entorno), a gente fala da questão ambiental então assim as mulheres enfrentam esse debate enfrenta esse problema tanto quanto o conjunto do movimento (...)*

Entendo que o próprio ato das mulheres entenderem sua importância para o movimento e para comunidade, já demonstra, por si só que o MST está comprometido com a justiça social, e não se insere no modelo patronal desenvolvido ao longo do tempo, que por muitos séculos suplantou a importância das mulheres. Para que esses fatos ocorram, dentro do movimento, existem modelos de formação, que visam atingir vários segmentos, e valorar de forma individual e coletiva seus integrantes.

Estes caminhos formativos e educacionais, são voltados para a formação dos/as camponeses/as que compõe seus núcleos de base e também sua militância e são desenvolvidos por encontros locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais, esses processos buscam a formação crítica dos integrantes do movimento, que entre outros saberes, devem agregar ao seu saber popular o saber formal, por meio da educação do campo.

Evidenciando que as políticas públicas que fundamentam a educação do campo, refletem resquícios de uma educação que teve suas origens no período colonial (CALDART, 2006, PALUDO, 2006), ou seja, todo sistema educacional, foi pautado em uma educação para atender as elites, segregando a maior parte a sociedade, incluindo a que vive e sobrevive do campo.

A educação contribui para que haja mudanças na sociedade, e essas mudanças tem ligação direta com o comportamento do cidadão, tanto no âmbito do mercado de trabalho, como no seu convívio social, ou seja, o direcionamento que norteia cada setor da sociedade, está intimamente correlacionado com o modo com que a educação é trabalhada na escola.

Diante destes fatos, vale destacar o papel dos movimentos sociais, que tem uma posição de resistência aos vários critérios impostos pela sociedade capitalista, e mobilizam diversos setores sociais, entre estes movimentos destaca-se o MST, que tem levado os responsáveis políticos a repensar o currículo escolar e o modelo de educação voltado para o campo, levando propostas para melhorar o currículo escolar (MOLINA, JESUS 2004), tendo a educação do campo a oportunidade de oferecer aos/as camponeses/as uma educação condizente com o campesinato e não urbanizada como ofertam as escolas da cidade

Na perspectiva de luta por direitos sociais de igualdade e justiça, o MST acaba por se destacar no Brasil por sua importância tanto no âmbito social quanto no educacional, almejando uma educação que promova nos seus integrantes uma consciência organizacional, autônoma (CORREIA, 2012; ARROYO 2007), que também preze os princípios do movimento para que os futuros integrantes possam ser militantes ativos, tendo em vista as lideranças que continuaram com os propósitos do movimento.

A importância dos movimentos sociais nas mudanças que a educação do campo teve nos últimos anos, que embora sejam bem recentes, já pode-se observar que houve um avanço significativo e hoje já se tem uma educação do campo mais voltada aos povos que residem no campo, ou seja, observa-se uma educação formulada para atender a este cidadão que reside e sobrevive do campo.

Isso está sendo possível porque, por intermédio dos movimentos sociais, foi possível entender como se forma a identidade do ser humano do campo, e desta forma, se pensou em um processo educacional que atenda e valorize esta identidade cultural, e não o afaste do campo, forçando-o ao convívio urbano, para Arroyo (1999)

Eu vi aqui que esta visão negativa do campo e da educação não é verdadeira e espero que desapareça no horizonte das elites, dos educadores e do próprio povo. O que vocês estão colocando é outra compreensão e prática da educação básica: a escola rural tem que dar conta da educação básica como direito do ser humano, da mulher, da criança, do jovem do campo. Ou seja, estamos colocando a educação rural onde sempre deve ser colocada, na luta pelos direitos. A educação básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente (ARROYO, 1999).

A educação do campo como bandeira de luta pelos direitos, configura-se primordialmente no entendimento das relações ser humano e natureza, pois a partir do

conhecimento que se constrói encontramos os caminhos da criticidade e fica mais fácil entender o porquê destas relações, e como elas afetam o cotidiano.

Para Correia (2012) os cidadãos provenientes do campo enfrentam muitas adversidades, que não estão relacionadas somente ao âmbito educacional ou social, enfrenta-se no campo problemas com manejo da terra, ambientais, com a escolha de cultivares adequados, assistência técnica, dentre outros.

Uma formação adequada e direcionada aos problemas enfrentados no campo se faz necessária, desde a formação de profissionais que estejam ligados ao campo, até a do docente, que é responsável pela formação inicial e acadêmica dos/as camponeses/as pois os problemas enfrentados são muitos, e na maioria das vezes, não têm o mesmo tratamento dado ao grande produtor, ou seja, subsídios e proteção financeira no caso de uma adversidade.

Volto a reafirmar que, ofertar os/as camponeses/as uma formação crítica, refletindo a respeito das adversidades surgidas no campo, para que possa não somente produzir mais alimentos, mas também possa enfrentar e resistir as intempéries, como por exemplo as mudanças climáticas.

#### **44 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No assentamento Egídio Bruneto, pude notar que há um sistema organizacional que tem por base a agroecologia e a agricultura sustentável. Embora seja relativamente novo, as discussões que permeiam o assentamento ainda têm resquícios organizacionais do modelo adotado no acampamento.

Os núcleos de base funcionam e dão identidade à maioria dos assentados. É comum se perguntar deste ou daquele assentado, e receber uma devolutiva com o questionamento a qual núcleo de base ele ou ela pertencem, e por meio do núcleo se localiza a pessoa. Funcionam, da mesma forma, como base de formação dos/as camponeses/as (CALDART, PALUDO, 2009), é ali que se aprende as normas que regem o acampamento, preparando o acampado para as lutas e a futura posse da terra.

Outro ponto importante é que os grupos que compõe os núcleos mantêm ainda os líderes que formaram o acampamento Mutum, este fato é positivo pois a história dos assentados fica preservada e muito vivida na memória coletiva do grupo (BRANDÃO, 1984; FREIRE, SHOR, 1986). Estar na roda de conversa e conduzir as entrevistas foi sem dúvida uma experiência das mais gratificantes.

Em relação ao tema trabalhado durante a pesquisa, o que pude notar é que os assentados têm conhecimento do que são as mudanças climáticas, e de como as mesmas influenciam, em parte nas suas vidas, seja no conforto térmico das casas ou barracos, ou mesmo na produção vegetal e animal. Embora este conhecimento não seja científico, a observação empírica dos fatos que ocorrem dentro do assentamento relativos as mudanças climáticas são observadas e relatados pela maioria.

Este saber popular é importante e denota um resgate gratificante do que foi perdido com os adventos da revolução verde (LAZARRI, SOUZA, 2017), que dentre outros problemas, foi o ponto de ignição para perda de muitos saberes populares. Freire (1996), deixa claro que todo tipo de conhecimento deve ser respeitado, assim como a autonomia, embora ele se refira em seu texto a educandos e educadores, neste trabalho entendo que a colocação seja conveniente, dada a natureza da pesquisa.

Para os assentados, quanto a importância das mudanças climáticas, não notei tons alarmantes, por exemplo, nós estamos sempre esperando o pior, ou tentando descrever o futuro de como será este ou aquele fato referente a produção deste ou



daquela cultivar. Para eles o que importa é o presente, é aquele ano, é aquela cultivar, e se há uma boa produção ótimo, se não há, arregaçam as mangas e plantam de novo.

Foi comum escutar durante o prognóstico do assentamento, que já ouviram falar das mudanças climáticas, mas acreditam que ela afeta pouco a produção dos sítios, acredito que para os/as camponeses/as que traz em sua história de vida relatos de dor sofrimento, peregrinação e muito trabalho, as mudanças climáticas sejam somente um contratempo que se resolvera de alguma forma.

Provavelmente, a percepção mais simples e popular que os/as camponeses/as tenham das mudanças climáticas é que vêm alimentando os conceitos de adaptação e mitigação dos governos e entidades defensoras do agronegócio (BRASIL, 2016, TILIO NETO, 2010, OBERMAIER, ROSA, 2013). A simplicidade dos/as camponeses/as, de não se envolver mais a fundo nestas questões, tem sido utilizada como o motor que alimenta as ideologias citadas anteriormente, e desta forma causam injustiças.

Assim como Dalla Nora (2018), observei que os assentados são afetados pelas mudanças climáticas, mas existem aspectos que devem ser levados em consideração. A autora observa que há três aspectos distintos que agravam a situações dos povos em situação de vulnerabilidade, que são a vulnerabilidade científica, pedagógica, físicas e ambientais e de políticas públicas.

Concordo com a autora pelo fato de que, dentro do assentamento existem situações que observei que validam estas afirmativas, como dito anteriormente todos ouviram falar em mudanças climáticas, mas a falta de conhecimento científico faz com que para eles o fato não seja relevante. Embora o conhecimento empírico seja relevante e importantíssimo ele acaba por deixar lacunas que podem ser preenchidas com uma boa base científica.

Entendo da mesma forma que devemos respeitar os conhecimentos populares, mas acredito que os conceitos que permeiam as mudanças climáticas devem ser levados e trabalhados dentro dos assentamentos, começando pelos núcleos de base (NOGUEIRA, 2018), até que se atinja a comunidade como um todo.

Não que eu queira ou tenha a pretensão de ensinar o MST, ou seus integrantes, o que me vem à cabeça é na verdade, a troca de conhecimentos, e a agregação do que há de melhor entre o conhecimento científico e o popular e com a agregação destes

conhecimentos, daremos ao assentado, uma visão mais abrangente do que são e como acontecem as mudanças climáticas, assim entenderam o porquê de resistir ao fenômeno.

Quanto a vulnerabilidade política, pude notar que há uma forte dependência de políticas públicas, os assentados já estão nas suas áreas a um tempo, mas não tem recebido a tenção necessária do poder público, e este fato pode vir a provocar ausências dos assentados em seus lotes, não sendo rara a busca de fontes alternativas de renda.

No que tange às entrevistas com as lideranças, pude observar que eles têm uma visão mais aprofundada sobre as mudanças climáticas (em comparação com os outros/as assentados/as), conhecendo o tema e relatando o que ocorre no movimento e no assentamento com mais clareza que os/as assentados/as. Isto ocorre, porque como, fazem parte das lideranças estaduais, acabam por participar mais ativamente dos assuntos que envolvem o movimento como um todo.

A percepção do fenômeno está ligada principalmente ao fato de acompanharem constantemente vários encontros e congressos sobre os mais variados temas, e entre eles, sobre mudanças climáticas (MST,2018). Assim a visão deles coincide com a do diretório nacional e de suas lideranças, de oposição ao agronegócio e ao modelo de a agricultura predatório, que segundo o movimento, fomenta as mudanças climáticas.

Mantém também uma postura de oposição ao capital e repudiam qualquer forma de discriminação, e fica notório em suas falas, que o modelo capitalista que visa somente o lucro, tem sido a causa dos males ambientais e principalmente sociais (MST, 2014). Diferentemente dos assentados, esta percepção mais global do tema, ajuda a compreender o que ocorre dentro do movimento e qual é ou seria a melhor forma de enfrentamento as mudanças climáticas.

A principal forma de resistência que acreditam ser a mais viável é a permanência dos/as camponeses/as na terra. Para eles o simples fato dos/as camponeses/as não abandonarem o campo já se configura como forma de resistência as mudanças climáticas. Outra forma seria a prática da agricultura sustentável, configurada por meio da agroecologia e da produção limpa de alimentos, que já é praticada dentro do assentamento. Defendem, da mesma forma, que haja mudanças urgentes no sistema de produção do agronegócio, substituindo a monocultura pela

diversificação de culturas e pela agroecologia, diminuindo o uso de agrotóxicos, e desta forma promovendo uma produção limpa e menos predatória ao sistema.

Sendo assim posso reiterar que no assentamento Egídio Bruneto, há um compromisso com o social e com o campesinato, reafirmando deste modo as premissas que norteiam o movimento desde a suas origens (COELHO, BORELLI, 2007), e por meio desta pesquisa fica evidente que a luta desenvolvida pelo movimento tem resultados positivos, e que mesmo com adventos como as mudanças climáticas, pode se ter a esperança de um futuro promissor para a agricultura familiar camponesa.

Diante destes fatos os/as camponeses/as me levam a uma reflexão sobre o agronegócio e sobre as mudanças climáticas além das perspectivas do ambiental e do social e político, que são muito mais profundas e acabam por nos remeter a especulações éticas e morais, e do nosso comportamento como ser humano, deixando explícito que além do sistema e do clima, temos que ter primeiramente uma mudança pessoal profunda.

Outrossim podemos retirar sete lições valiosas que os/as camponeses/as do Egídio Bruneto agregam aos nossos conhecimentos:

Primeiramente, o sistema de produção agroindustrial, é extremamente capitalista, baseado na agricultura de exportação e com discurso de que produz alimento para o Brasil e para o mundo (ANDRADES, GANIMI, 2007), quando na verdade preda o sistema e causa efeitos devastadores no meio ambiente, comprometendo a fauna e a flora, poluindo rios e corpos de água.

Segundo, a predação do sistema como um todo é muito maior no modelo agroexportador, do que em outros modelos, pois leva a esterilização do solo, desmata indiscriminadamente (PICOLLI, 2011), sendo um dos principais causadores do aumento do efeito estufa, e com ele agravando as mudanças climáticas e causando injustiças socioambientais.

Terceiro, a má distribuição das riquezas no país impulsiona ainda mais a pobreza, que depois da revolução verde, se ampliou, fomentada pelo êxodo rural, superlotou as cidades e esvaziou os campos (PRIORI *et al*, 2012) os poucos que resistiram, ficaram mergulhados em dívidas obrigando-se a abandonar suas terras ou entregá-las aos bancos, causando desequilíbrio no que tange a organização social,

condenando a miséria muitos camponeses/as, e aumentando a violência na cidade e no campo.

Quarto; o êxodo rural abre espaço para os grandes latifúndios, que passam a explorar a agricultura e a agropecuária de exportação, originando o sistema de produção atual, que se baseia na monocultura e na criação de animais para exportação de carne e derivados, causando degradações ambientais (SCHUCK, RIBEIRO, 2015) gerando poluentes e causando extinção animais e plantas, desequilibrando o sistema como um todo.

Quinto, este modelo não está mais se sustentando, pois com os adventos tecnológicos há um aumento na produção dos produtos cultivados pelo modelo agroexportador predatório, porém o que têm se observado é que juntamente com este aumento houve muito mais prejuízos que benefícios para o sistema (ANDRADES , GAMINI, 2007) como por exemplo, o uso exacerbado de agrotóxicos e a proliferação e fortalecimento de insetos nocivos à agricultura, a contaminação de lençóis freáticos, e o aumento de doenças na população (PIGNATI, *et al* 2017) são alguns exemplos.

Sexto, o advento dos transgênicos, é um exemplo claro do que uma tecnologia má empregada pode causar, popularizado pela Monsanto, que também é criadora da soja transgênica resistente ao Glifosato, (que é consumido pela população na forma de alimentos e derivados e que na maioria das vezes o consumidor final desconhece que o produto alimentício final contém a tecnologia (GARCIA, BEZERRA, 2014) ) e tornou o produtor dependente do produto (ZIMMERMANN, 2011), e mesmo os dos/as camponeses/as hoje se utilizam do agrotóxico em suas propriedades, e a cada litro do produto comercial vendido, uma parte se destina a multinacional. O uso exacerbado do glifosato e de outros tóxicos, tem levado a degradação ambiental a um patamar alarmante, contaminações de rios e corpos d'água subterrâneos, causando doenças populacionais a níveis elevadíssimos (PIGNATI, *et al* 2017), (como é o caso do câncer, que tem aumentado em número de casos, principalmente em Mato Grosso), causando sobrecarga no sistema público de saúde, e ceifando as vidas de crianças, jovens e adultos.

Sétimo, os/as agricultores/as camponeses/as, que são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos que chega à mesa da população, não recebe a atenção necessária das políticas públicas para que possa se manter na terra, e se torna vítima

do modelo agroexportador,(MST,2014; MST, 20018) pois suas plantações agora sofrem interferência das pragas que antes eram exclusivas da monocultura, causando prejuízos e tornando quase que inviável a sua produção, ameaçando o modelo agroecológico proposto pelo movimento e para se manter na terra, muitos/as camponeses/as acabam por se render ao sistema implantando pelo agronegócio, transformando sua propriedade em pastagens, ou arrendando para algum produtor de maior porte, que geralmente o leva, com o tempo a se desfazer da propriedade, ou acabam por se torna uma miniatura do sistema, denominado por alguns como agronegocinho, trabalhando nos mesmos moldes do agronegócio.

Todos estes fatores estão intrinsicamente ligados a degradação ambiental e aos problemas sociais (ACSELRAD, 2009; MILANEZ, FONSECA 2011). Acabam por agravar o problema da pobreza no campo e na cidade, gerando uma sociedade desigual, que juntamente com os ideais capitalistas de individualismo sufocam qualquer ação que possam ser tomadas para reverter a situação.

Para que este cenário possa ser mudado, as políticas públicas que regem o campo, em especial as ligadas a Educação do Campo, devem ser fortalecidas, de modo que os processos formativos valorizem o saber popular e o fortaleçam como ensino e nesta perspectiva, o saber popular se torna uma poderosa forma de resistência as mudanças no clima, quebrando a hegemonia do agronegócio no que tange a formação acadêmica e continuada, que hoje se baseia no sistema de agricultura capitalista.

Para agravar ainda mais a situação, o atual cenário político, tem sido polêmico, a divulgação da fusão do ministério meio ambiente com o ministério da agricultura para este ano de 2019, e abonada pelo presidente eleito, agravara ainda mais o problema das mudanças climáticas.

Para o governo federal as mudanças climáticas têm cunho dogmático e político, com influência comunista, ou seja, para eles mudanças no clima é coisa de comunista ou alienado político.

Em uma matéria do site de notícias Ultimo Segundo<sup>9</sup> o então nomeado ministro das relações exteriores, qualificou que as mudanças climáticas são regidas por um dogma oriundo da ideologia de Marx, afirmando que o principal alvo desta ideologia é sufocar o poder econômico dos países capitalistas.

---

<sup>9</sup> <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-11-16/chanceler-ernesto-araujo.html>

Claro que todo aparato que o presidente eleito fez e está fazendo, é para desqualificar toda e qualquer ação social que ele considerar comunista, vimos isto acontecer com os ministérios, (educação, trabalho, humanas, ambiental), e no caso do ministério do meio ambiente, está claro que é uma exigência do agronegócio.

Denunciar as mudanças climáticas é denunciar o agronegócio, é exigir que as leis ambientais sejam cumpridas, é exigir que o país se torne menos seletor, quando o assunto é o campo. Falar de mudanças no clima, é falar de uma reforma agrária justa, uma reforma agrária popular, que faça justiça os/as camponeses/as, a tanto sufocado pelas grandes empresas do agronegócio.

É exigir que haja fiscalização, que não se desmate indiscriminadamente, que se pare com o uso exacerbado de agroquímicos e agrotóxicos, é falar de preservação, é falar em agroecologia, (FERREIRA, 2015), em modelos de produção sustentáveis, é falar em justiça social.

Quanto a reforma agrária o secretario ruralista do atual governo, declarou nos últimos dias que não há dinheiro para reforma agrária<sup>10</sup>, e que os movimentos ligados a luta pela reforma agrária, terras indígenas entre outro não terão mais voz nas tomadas de decisão sobre o assunto.

Quanto as mudanças climáticas, o governo eleito tem se afastado dos debates e cancelou a participação do Brasil, que seria então sede do encontro sobre mudanças climáticas<sup>11</sup> COP 25<sup>12</sup> 2019, que a meu ver já é uma forma de proteger os interesse ruralistas, e ao mesmo tempo, fugir da responsabilidade das questões sobre mudanças climáticas.

Nunca a palavra resistência foi tão utilizada como nos últimos dias, nas palavras de Stedile<sup>13</sup>, sobre o atual cenário político "Saímos desses processos aglutinados, com capacidade e força organizada para resistir à pretensa ofensiva fascista". Posso concluir, então, que este deve ser o início de tempos difíceis, e que a

---

<sup>10</sup> Fonte: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-ha-dinheiro-para-a-reforma-agraria-afirma-secretario,70002673817>

<sup>11</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/28/bolsonaro-diz-que-pediu-cancelamento-da-conferencia-do-clima-no-brasil-em-2019.ghtml>

<sup>12</sup> Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas, destinada a negociar a implementação do Acordo de Paris, que ocorrerá de 11 a 22 de novembro de 2019

<sup>13</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/28/joao-pedro-stedile-nos-temos-que-retomar-o-trabalho-de-base/>

união de todos se faz necessária para que se reduza ao máximo as injustiças que já estão acontecendo e as que estão por vir.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos avançados, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v.21, 2007.
- ANDRÉ, Marli. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n. ° 2.
- AZNAREZ, Carlos. “No atual momento, só cabe aprofundar a organização e a luta de massas”, aponta Stedile. 2016. disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/12/02/no-atual-momento-so-cabe-aprofundar-a-organizacao-e-a-luta-de-massas-aponta-stedile.html> - acesso em 16/07/2018.
- BLANK, Dionis Mauri Penning. O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, maio/ago. 2015.
- BALIM, Ana Paula Cabral; MENDES, Claudia Marlice da Rosa; MOTA, Luiza Rosso. O despertar da justiça ambiental: dos movimentos ambientais aos socioambientais. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, n. 11, 2014.
- BASTOS, Pablo Nabarrete. MST e Escola Nacional Florestan Fernandes: Formação, Comunicação e Socialização Política. **Intercom Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.40, n.2, p.129-142, maio/ago. 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima**. Estratégias setoriais e temáticas: portaria MMA nº 150 de 10 de maio de 2016. Brasília: MMA, 2016, v.2, 296 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. Jan. /dez. 2007.



BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo; GRAFF Laíse. Segurança Alimentar e Produção Agrícola: Reflexões Sob a Ótica da Justiça Ambiental. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.12, n.24, p.375-400, 2015.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In Acselrad, H.; Herculano S.; Pádua, J. A. (ed.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (org.). **Como se formam os sujeitos do campo: Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores**. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006. 160p.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento sem Terra: Escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 277p.

CALDAR, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CALDART, Roseli Salete. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular. **Texto encomendado pela 36ª. Reunião Anual da ANPED, Grupo de Trabalho e Educação**, v. 30, 2013.

CARTIER, Ruy et al. **Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental**. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 2695-2704, 2009.

CASTILHO, Ingrid. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 11 out. 2018.

CHANDRASEKARAN, Kirtana; DRAGO, Martín. **A agroecologia é a solução para a fome e a mudança climática. 2014** <http://www.mst.org.br/2014/12/04/agroecologia-e-a-solucao-para-a-fome-e-a-mudanca-climatica.html> - acesso em 18/08/2018.

CORREIA, Rosemeire Aparecida Cardoso. **Quem forma o professor para a escola do campo? As trajetórias da formação e constituição da identidade docente de**

**licenciandas em memoriais de formação.** 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan. /jun. 2006.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.

DA COSTA SILVA, Robson Willians; DE PAULA, Beatriz Lima. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terra Didática**, v. 5, n. 1, p. 42-49, 2009.

DAVID, Fabricio Gonçalves; SOUZA, Kely Raiane Rodrigues de. **Do Acampamento à Conquista pela Terra: O Histórico Do Assentamento Egídio Bruneto – MST No Município De Juscimeira-Mt.** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências da Natureza) Instituto Federal de Mato Grosso – Campus São Vicente - Centro de Referência de Jaciara, Jaciara 2018.

DALA-NORA, Giseli. **A água e a cartografia do imaginário nos climas de três territórios geográficos.** Tese de doutorado. PPGE-UFMT, Cuiabá-MT, 2018.

DONATO, Nobre Antônio. **O Futuro Climático da Amazônia Relatório de Avaliação Científica.** ARA-Articulação Regional Amazônica, São Paulo, 42p, 2014.

ECHEVERRÍA, Rubén G. Opciones para reducir la pobreza rural en América Latina y el Caribe. **Revista de la CEPAL**, 2000.

EMBRAPA. **Visão 2030: O Futuro da Agricultura Brasileira.** Brasília, DF: Embrapa, 2018.

ENGELMANN, Solange. **O papel da Reforma Agrária Popular no Brasil.** 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/09/26/o-papel-da-reforma-agraria-popular-no-brasil.html>. Acesso em: 26 de outubro de 2017.

FABRINI, João Edmílson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1.ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2008, v. 1, p. 239-272.

FAERMANN, Lindamar Alves. A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais. **Revista Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, 2014.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação.** São Paulo: USP, 1999.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatório Social de América Latina**, v. 24, p. 73-85, 2008.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. **Revista GeoPantanal**, v. 10, n. 18, p. 237-242, 2015.

FIRMIANO, FD. *A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 288 p.

FREIRE; Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987, 170 pg.

FILHO, Luiz Octávio Ramos; FRANCISCO, Carlos Eduardo da Silva; JUNIOR, Osvaldo Aly. Legislação Ambiental e Uso de Sistemas Agroflorestais em Assentamentos Rurais no Estado De São Paulo - Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 173-184, 2001.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. 19. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017. 464p.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus, Uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das letras, 2016. 447 p.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

HASHIZUME, Maurício. **Proposta do MST se aproxima de relatório e de iniciativa da ONU. 2008** <http://reporterbrasil.org.br/2008/04/proposta-do-mst-se-aproxima-de-relatorio-e-de-iniciativa-da-onu/> acesso em 16/07/18.

JUMPA, Antonio Alfonso Peña. **Manual de Justicia Climática**. Lima, Peru: CEDAL, 2012. 146 p.

KOLBERT, Elizabeth. **A sexta extinção: uma história não natural**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LA VIA CAMPESINA. **La solución al cambio climático está en nuestras terras.** Grain, 2014.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. **Revolução Verde: Impactos Sobre os Conhecimentos Tradicionais** - 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: Mídias e Direitos da Sociedade em Rede. 2017.

LINDOSO, Diego Pereira. **“Pegada Climática” Do Uso Da Terra: Um Diagnóstico do Dilema entre o Modelo de Desenvolvimento Agropecuário Mato-Grossense e as Mudanças Climáticas no Período 2001/2007.** Brasília, 2009. 219 P.: Il.

MAGALHÃES, Ivo Augusto Lopes; BELTRAME, Rômulo André; QUINTO, Vagner Mauri. **Pesquisa Participante Versus Pesquisa Ação.** Jerônimo Monteiro. Es 2011.

MEDEIROS, Catiana de. **MST abre encontro estadual e aponta Reforma Agrária Popular para superar crises no país.** 2017. disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/12/14/mst-abre-encontro-estadual-e-aponta-reforma-agraria-popular-para-superar-criises-no-pais.html> acesso em 18/07/2018.

MST. **A cartilha “Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional”** é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo: Secretaria Nacional do, 2013.

MST – Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST. VI Congresso Nacional do MST,** fevereiro de 2013.

MST/CPT. Romaria da Terra no RS celebra os 260 anos do martírio de Sepé Tiaraju. 2016. ACESSO EM 16/07/2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/02/04/romaria-da-terra-no-rs-celebra-os-260-anos-do-martirio-de-sepe-tiaraju.html>.

MST. **Mobilização contra mudanças climáticas terá bloco 'Não Vote em Ruralista', no Rio -2014, disponível em:**<http://www.mst.org.br/2014/09/19/mobilizacao-contramudancas-climaticas-terabloco-nao-vote-em-ruralista-no-rio.html>: acesso em 16/07/2018.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea.** São Paulo. Editora UNESP. Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.: il.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Roda de Conversa: Uma Proposta Metodológica para a Construção de um Espaço de Diálogo no Ensino Médio**. *Imagens da Educação*, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. **Só os Peixes Mortos não Conseguem Nadar Contra a Correnteza**. *Revista de Educação Pública*. v.14, n.25, 2005.

MEIRA, Roberta Barros; CARELLI, Mariluci Neis. **A Miragem do Carburante Nacional História**. São Paulo v.36, e 33. 2017.

MIRANDA, Ary Carvalho de; MOREIRA, Josino Costa; CARVALHO, René de. PERES, Frederico. **Neoliberalismo, uso de Agrotóxicos a crise da Soberania Alimentar no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*. 12. p7-14. 2007.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da - **Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: Uma Análise da Percepção Social no Brasil** - Terceiro Incluído - ISSN 2237-079X – NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.2, jul. /dez./2011, p.82 – 100, Artigo 13

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo /** (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção por uma Educação do Campo, nº 5.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível**. *Revista Temas em Educação*, v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014.

NIEMEYER, Carolina Burle de et al. **Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação**. 2007.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. *Travessias*, v. 2, n. 3, 2008.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. João Pedro Stedile: **"Nós temos que retomar o trabalho de base"**. 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/10/29/joao-pedro-stedile-nos-temos-que-retomar-o-trabalho-de-base.html> acesso em 29/10/2018

PACHAURI, R. K. et al. IPCC, 2014: climate change 2014: synthesis report. **IPCC, Geneva, Switzerland**, 2014.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia e o capital: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira**. *Eventos Pedagógicos*, 2012.

PICOLI, Fiorelo. **Do Extrativismo ao Agronegócio das Monoculturas de Mercado na Amazônia Norte Mato-Grossense**. *Rebela*, v. 1, n. 2, 2011.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Editora da Universidade Estadual de Maringá-EDUEM, 2012.

OBERMAIER, Martin; ROSA, Luiz Pinguelli. **Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica**. *Estudos avançados*, v. 27, n. 78, p. 155-176, 2013.

RIBEIRO, Silvia. **Mudanças climáticas: armando a armadilha**. 2015  
<http://www.mst.org.br/2015/06/11/mudancas-climaticas-armando-a-armadilha.html> :  
acesso em 16/07/18

RUBBO, Deni Ireneu Afaro - **Aspectos preliminares sobre a internacionalização do Mst movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra** - Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503 – 14/17 de setembro de 2010, Londrina, UEL.

STAKE, R. E. (1999). *Investigación Con Estudio de casos*. Madrid: Morata.

STEDILE, João Pedro. **O MST e a Questão Agrária**. *Revista Estudos avançados*, v. 11, p. 31, 1997.

TUBINO, Najar. **Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2016 <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Mudancas-climaticas-e-desenvolvimento-rural-sustentavel/3/35549>  
acesso em 16/07/2018.

SATO, Michèle. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização: Educação Ambiental Campesina**. UFMT, Cuiabá- maio, 2011.

SENRA, Ronaldo E. Feitoza. **Educação do Campo no Ifmt. Campus São Vicente: Desafios da Construção de uma Educação Dialógica / (Tese doutorado)**. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Cuiabá-MT. 2014.

SENRA, Ronaldo E. Feitoza **Educação Ambiental Campesina: justiça climática em territórios matogrossenses**. Projeto de Pesquisa PNPd/CAPES- 2018

STÉDILE, João Pedro; LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil**. Atual Editora, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente: A Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SCHMITT, Alessandra et al. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade, 2002.

SZMRECSÁNYI, Tamás et al. **Pequena história da agricultura no Brasil**. Editora Contexto, 1990.

NETO, Tilio; DE, Petrônio. **Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o Ecologismo dos pobres**. 2010.

SCHUCK, Cynhia; RIBEIRO, Raquel. **Comendo o Planeta: impactos ambientais da criação e consumo de animais**. São Paulo: Sociedade Vegetariana Brasileira, 2015.

WAQUIL, Paulo D.; FINCO, Marcus VA; MATTOS, Ely J. Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 2, p. 317-340, 2004.

WILKINSON, John. **O Estado, a agricultura e a pequena produção**. 2008.

VALLES, Eronaldo A. **Conflitos socioambientais que afetam a soberania alimentar de comunidades do Cerrado do Pantanal - Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação -UFMT. Cuiabá, 2018 (142 f.).

VERGES, João Vitor Gobis - **Mudanças Climáticas no Brasil: Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema - SP** CAPES – Brasil 2017.

VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico**. Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir, FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente** Petrópolis, RJ : Vozes 2001.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 6, n. 12, 2011.

## APÊNDICE



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DE MATO GROSSO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO  
CAMPUS CUIABÁ - CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA - PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO**

**PROJETO DE PESQUISA  
JUSTIÇA CLIMÁTICA E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA  
(MST)  
QUESTIONÁRIO**

- 1) Conte um pouco sobre a sua trajetória como membro do MST (acampado e/ou assentado) e qual sua contribuição dentro do movimento para concretização do assentamento.
- 2) Quais são as maiores dificuldades enfrentados pelo Assentamento Egídio Brunetto?
- 3) Você sabe o que é ou já ouviu falar em mudanças climáticas?
- 4) E de que forma estas mudanças estão afetando o tempo/clima na região?
- 5) Aqui dentro do assentamento Egídio Brunetto, você percebe algum efeito das mudanças climáticas ou impacto ambiental? Como estes impactos podem estar ligados as questões das mudanças climáticas?
- 6) A agricultura praticada dentro do assentamento, neste momento, já foi prejudicada pelos fatores do tempo ou do clima? Quais foram os fenômenos observados ou prejuízos visíveis relacionados a estes fatores?
- 7) Quais são os principais fatores que provocam estas mudanças climáticas?
- 8) Existe dentro do MST alguma proposta que aborda a questão da mudança climática?
- 9) Será que é possível resistir a estas mudanças ou a este modelo de sociedade que o provoca?
- 10) Quais são as principais resistências propostas pelo MST.
- 11) E quais são as principais resistências propostas aqui dentro do assentamento?